



## **27 DE AGOSTO DE 2018**

### **Segunda-feira**

- NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 27. ANO XIV. 23 DE AGOSTO DE 2018
- PARANÁ É REFERÊNCIA EM INOVAÇÃO NA GERAÇÃO DE ENERGIA
- SINDICATOS SE REINVENTAM, A REGRA AGORA É ENXUGAR CUSTOS E RACIONALIZAR RECEITAS
- NÚMERO RECORDE DE EMPRESAS USA LEI DO BEM, DE SUBSÍDIO À INOVAÇÃO
- MAIS DE 30 PROFISSÕES DEVEM SURGIR COM NOVA FASE DA INDÚSTRIA
- REGIÕES SE DIFERENCIAM NA ABERTURA DE VAGAS
- 'TODOS, INCLUINDO OS EMPRESÁRIOS, TERÃO DE ABRIR MÃO DE DIREITOS'
- BRASIL E ARGENTINA ASSINAM MEMORANDO QUE CRIA BASE PARA CONVERGÊNCIA REGULATÓRIA NO SETOR AUTOMOTIVO
- INDÚSTRIAS SE APROXIMAM DE STARTUPS PARA CONSEGUIR SOLUÇÕES COM RAPIDEZ
- EMPRESAS DESCOBREM NOVOS MERCADOS BILIONÁRIOS COM CRESCIMENTO DO NÚMERO DE IDOSOS
- MÁQUINA DE VENDAS FECHA ACORDO DE REESTRUTURAÇÃO
- BRASILEIRO INVESTE MAIS POR SEGURANÇA DO QUE POR RETORNO
- 'RETOMAR REFORMAS SERÁ ESSENCIAL PARA O PAÍS', DIZ MICHAEL KLEIN
- CURITIBA TEM SALDO POSITIVO DE 7.880 NOVOS EMPREGOS GERADOS DESDE O COMEÇO DO ANO
- GOVERNO PROPÕE MUDAR CONSIGNADO PARA TRABALHADORES DA INICIATIVA PRIVADA
- BANCOS PROPÕEM REAJUSTE DE 1,18% ACIMA DA INFLAÇÃO, DIZEM BANCÁRIOS
- APOSENTADOS COMEÇAM A RECEBER 1ª PARCELA DO DÉCIMO TERCEIRO

- MAIS DE 1,5 MILHÃO DE TRABALHADORES DO PARANÁ TÊM DIREITO AO ABONO SALARIAL
- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL REDUZ DISCRIMINAÇÃO NOS PROCESSOS SELETIVOS
- BANCOS PASSAM A ACEITAR BOLETOS VENCIDOS ACIMA DE R\$ 400
- RECEITA ESTUDA NOVA ALÍQUOTA DE IR PARA OS MAIS RICOS
- COM REFIS, DEPUTADOS E SENADORES REDUZIRAM SUAS DÍVIDAS PELA METADE
- REAL VOLTA A SE DESVALORIZAR POR CAUSA DE ELEIÇÕES
- COM PERÍODO VOLÁTIL, DÓLAR PODE IR A R\$ 4,20
- FGV: INCC-M SOBE 0,30% EM AGOSTO APÓS 0,72% EM JULHO
- IPC-FIPE AVANÇA 0,37% NA 3ª QUADRISSEMANA DE AGOSTO
- SETE DICAS PARA DRIBLAR A ALTA DO PREÇO DO GÁS
- RELATOR QUER INCLUIR REFIS NO ROTA 2030
- ARGENTINA TEME PREJUÍZO COM O ROTA 2030
- 'INNOVAR-AUTO ERA MELHOR PORQUE TINHA REDUÇÃO DE IMPOSTOS', DIZ KAEFER
- ELON MUSK DESISTE DE FECHAR CAPITAL DA TESLA
- HYUNDAI APRESENTA NOS EUA RENOVAÇÃO DO ELANTRA, QUE É VENDIDO NO BRASIL
- TEMA POLÊMICO, STF ABRE NESTA SEGUNDA DEBATE SOBRE TABELAMENTO DO FRETE
- FALTA FISCALIZAÇÃO, DIZEM CAMINHONEIROS
- TRANSPORTE RODOVIÁRIO FICA 12% MAIS CARO PARA A INDÚSTRIA APÓS TABELAMENTO
- BOSCH ADAPTA INDÚSTRIA 4.0 NO BRASIL
- BOSCH INVESTE NA DEEPMAP, STARTUP DE MAPAS PARA CARROS AUTÔNOMOS
- BRIDGESTONE DESENVOLVE MATERIAL REVOLUCIONÁRIO PARA PNEUS
- GERDAU: ÚNICO MODO DE ELEVAR USO DE CAPACIDADE ATUAL É COM EXPORTAÇÃO
- IFC LUZERNA É PIONEIRO NA REALIZAÇÃO DE TESTES DE HÉLICES AERONÁUTICAS
- MULTINACIONAL ALEMÃ REALIZA CAMPEONATO DE MECATRÔNICA PARA ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E TÉCNICO
- UBER E BOEING AJUDARÃO JAPÃO A DESENVOLVER CARROS VOADORES

- 'A VALE PROMETEU DEMAIS E ENTREGOU DE MENOS', DIZ PRESIDENTE DA COMPANHIA
- PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA DO AÇO FOI TEMA DE DEBATE NO CONGRESSO AÇO BRASIL

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 27/08/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	4,075	4,075
<b>Euro</b>	4,757	4,759

**Fonte: BACEN**

### Novos Projetos de Lei - Núcleo de Assuntos Legislativos - nº 27. Ano XIV. 23 de agosto de 2018

27/08/2018 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Para acessar a íntegra, CLIQUE AQUI.

## **ÍNDICE**

### **NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL**

#### **INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS**

Regulamentação sobre a utilização de dados pessoais sensíveis  
PL 10724/2018 do deputado Helder Salomão (PT/ES)

Ampliação das diretrizes do Marco Civil da Internet  
PL 10730/2018 da deputada Janete Capiberibe (PSB/AP)

#### **QUESTÕES INSTITUCIONAIS GASTO PÚBLICO**

Revogação do teto de gastos públicos  
PEC 439/2018 do deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Condição para a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal  
PL 10745/2018 do deputado Mário Heringer (PDT/MG)

Dispensa do exame de admissibilidade das propostas de emenda à Constituição encaminhadas à Câmara dos Deputados pelo Senado Federal  
PRC 339/2018 do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT)

## **LEGISLAÇÃO TRABALHISTA SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO E CONCILIAÇÃO**

### **Revogação da Reforma Trabalhista**

PL 10731/2018 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA)

## **FGTS**

Destinação de recursos do FGTS para Santas Casas  
MPV 848/2018 do Poder Executivo

## **RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO**

Ausência do emprego quando convocado oficialmente para competições esportivas  
PL 10723/2018 do deputado Helder Salomão (PT/ES)

## **INFRAESTRUTURA**

Estabelecimento de condição financeira para início de obra pública  
PL 10755/2018 do deputado Otavio Leite (PSDB/RJ)

## **INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA**

Regras na rotulagem de alimentos e restrições à publicidade infantil  
PL 10695/2018 do deputado Padre João (PT/MG)

## **INDÚSTRIA DE BEBIDAS**

Instituição de alíquota adicional da COFINS incidente sobre bebidas alcoólicas  
PL 10691/2018 do deputado Dr. Jorge Silva (SD/ES)

Restrições à propaganda de bebidas alcoólicas  
PL 10692/2018 do deputado Dr. Jorge Silva (SD/ESNOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL)

## **QUESTÕES INSTITUCIONAIS**

Afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pela Paranáprevidência  
PL 404/2018 de autoria do Poder Executivo

## **INFRAESTRUTURA**

Instituição de percentual de até 40% para a tarifa de esgoto da Sanepar  
PL 439/2018 de autoria do Deputado Mauro Moares (PSD)

Obrigação de realiza o de audiências públicas para a revisões de tarifas da Sanepar PL 442/2018 de autoria do Deputado Márcio Pacheco (PPL)

## **MEIO AMBIENTE**

Instala o de coletores de lixo reciclável  
PL 444/2018 de autoria do Deputado Péricles de Mello (PT)

## **QUESTÕES INSTITUCIONAIS**

Cria o do conselho de promo o da integridade e controle social  
PL 446/2018 de autoria do Deputado Ney Leprevost (PSD), que dispõe sobre a cria o do conselho de promo o da integridade e controle social no Estado do Paraná.

### **Paraná   referência em inova o na gera o de energia**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná

Gigantes do setor de energia mostram a aplicabilidade dos altos investimentos realizados em pesquisas e inova o, e demonstram que eficiência energética já   um setor conectado com o futuro

Como grandes empresas do mercado de novas energias usam a inova o para gerar valor e ganhar eficiência em seus processos? A resposta   pergunta foi dada durante o painel "Inova o e sustentabilidade corporativa" no segundo dia da 7  edi o do Fórum Sustentabilidade e Governança em Curitiba, com os cases das empresas WEG, Copel e Parque Tecnológico Itaipu.

A líder mundial em fabrica o de motores, a WEG, fundada em Jaraguá do Sul no Paraná,   modelo global de como o crescimento rápido e sustentável deve ser pautado pelo investimento contínuo em pesquisa e desenvolvimento.

"São mais de 20 laboratórios de pesquisa e ensaios no Brasil e 12 no exterior, além das parcerias com as melhores escola de engenharia do mundo. Não   toa, 55% dos produtos vendidos em 2016 foram lançados nos últimos cinco anos", contou João Paulo Gualberto da Silva, diretor de Novas Energias da WEG.

A capacidade de inova o tecnológica da WEG   resultado de um modelo corporativo de divisões de negócios que busca a competitividade e a inova o além dos produtos.

Entre os segmentos da indústria atendidos estão:  gua e saneamento; papel e celulose; naval; infraestrutura, energia e outros. Em gera o de energia, o ponto alto em sustentabilidade está nas solu es para gera o de energia renováveis com os aerogeradores, fornecendo materiais e solu es para empresas como a Copel, companhia paranaense presente em dez estados brasileiros que investiu na compra de 149 aerogeradores destinado   constru o de 13 parques eol cos.

A previsão da Copel   alcançar, em 2019, a potência instalada de 663,6 MW em cinco diferentes complexos eol cos. "O desafio da Copel no sentido de sobrevivência   diversificar. O grande desafio para empresas com o perfil da Copel   o que vem pela frente, acreditamos que a energia solar em 30 ou até 40 anos será a grande fonte de energia do nosso planeta, predominantemente atendendo às nossas necessidades", preconizou o diretor-presidente da Copel, Jonel Nazareno Iurk.

Participando pela sétima vez do Fórum Sustentabilidade e Governança, o diretor superintendente do Parque Tecnológico Itaipu, Jorge Augusto Callado Afonso, reforçou a importância do investimento constante em inova o.

O PTI funciona como um braço da Itaipu Binacional, voltado para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis. “Funcionamos como uma casa assessora para a Itaipu. Somos um centro de pesquisa e inovação, que promove a integração entre universidades, indústrias e governo”.

Pensando em diversificar as fontes convencionais de energia e apostar em fontes renováveis, o Parque realiza pesquisas com compromisso sustentável, em projetos que tenham pouco ou nenhum impacto no meio ambiente, com a intenção de contribuir com a conservação dos recursos naturais. Entre eles, o investimento em produção de energia de biogás, biometano e hidrogênio, uma linha de pesquisa bastante forte dentro do Parque.

“O hidrogênio é uma energia potável, renovável e não poluente, que além da geração de energia será usado para abastecer hospitais da região”, finalizou o superintendente Augusto Callado Afonso.

### **7º Fórum Sustentabilidade e Governança**

Foram dois dias de discussões sobre boas práticas que estão impactando negócios e impulsionando a inovação para diferentes setores da economia. O fórum, que nesta edição teve como temática as “Estratégias que impactam negócios e norteiam o amanhã”, é promovido pela STCP Engenharia de Projetos em parceria com a Milano Consultoria e Planejamento.

### **Sindicatos se reinventam, a regra agora é enxugar custos e racionalizar receitas**

27/08/2018 – Fonte: PE Notícias (publicado em 26-08-2018)

Desde que a reforma trabalhista entrou em vigor, em novembro do ano passado, determinando o fim da contribuição sindical obrigatória, a vida dos sindicatos, federações, confederações e centrais de trabalhadores não foi mais a mesma.

E quando o Supremo Tribunal Federal concluiu, há dois meses, que é constitucional a extinção do desconto obrigatório no salário dos trabalhadores, percebeu-se que este é um caminho sem volta. A regra entre os sindicalistas agora é enxugar custos, racionalizar receitas e criar novas fontes de renda para compensar as perdas, que não são poucas.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, os sindicatos de trabalhadores arrecadaram em maio do ano passado R\$ 1,3 bilhão. Um ano depois, já com a reforma em vigor, a captação de recursos foi reduzida para cerca de R\$ 118 milhões. Quase 90% a menos. As centrais sindicais, que reúnem sindicatos e federações, também sofreram o baque.

A arrecadação caiu de R\$ 192 milhões para R\$ 17,5 milhões, comparando maio de 2017 com maio de 2018. Restaram cerca de 10% do total. Os sindicatos patronais também viram os recursos minguarem de R\$ 530 milhões (maio de 2017) para R\$ 139 milhões (maio de 2018), ainda segundo o MT.

O presidente da Central Única de Trabalhadores em Pernambuco (CUT-PE), Paulo Rocha, admite o baque, mas prefere minimizar os efeitos da queda brusca na arrecadação. Para ele, o fim do imposto sindical compulsório foi o aspecto mais leve da reforma trabalhista, mas, no imaginário da população, foi o mais forte.

“Já havia a ideia de que os sindicatos só se interessam por dinheiro e não fazem nada e, sem esse dinheiro, o sindicato acaba, o que não é verdade”, diz. Paulo afirma que algumas entidades não sofreram grandes perdas. Ele cita o exemplo dos sindicatos de servidores públicos federais, estaduais, e boa parte dos municipais. “Nesses sindicatos é comum a existência da contribuição espontânea. Muitos associados já optaram pela

contribuição mensal que, ao nosso ver, é a ideal, mais do que o imposto sindical obrigatório.”

Os mais afetados, na visão de Paulo Rocha, foram os sindicatos ligados às empresas privadas, em que, diz, muitos empregados se sentem desconfortáveis em autorizar o desconto mensal de contribuição, que fica entre 0,5% e 1% do salário, dependendo do estatuto. “Alguns trabalhadores relatam perseguição dos empregadores a quem se filia com desconto em folha”, afirma Rocha.

O líder da CUT afirma que deveria ter havido um tempo de transição para o fim do imposto. “Nós defendíamos a criação de uma taxa negocial, um percentual definido em assembleia por êxito em campanhas salariais. Mas não, o imposto foi cortado sem nada que o substituísse.”

Paulo reforça que os sindicatos não vão acabar, mas muitos terão que se adequar a esta nova realidade, focando no convencimento de suas categorias à filiação e à contribuição espontânea. A CUT-PE reúne 200 sindicatos laborais em todo o Estado.

Para Suzineide Rodrigues, presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, o revés era esperado. A entidade que comanda vinha se preparando a três anos, desde que os rumores da reforma trabalhista apareceram. Ela conta que o sindicato perdeu cerca de 800 sócios só com as demissões voluntárias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Juntando com o fim do imposto sindical, são quase R\$ 1,3 milhão a menos por ano, cerca de 30% da receita. “Estamos fechando contas ainda, cogitando a colocação de imóveis para alugar e talvez instituindo a cobrança de taxas para bancários não contribuintes terem acesso a alguns serviços”, reflete Suzineide. Hoje, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco agrega oito mil associados.

O Sindicato dos Médicos de Pernambuco (Simepe) investiu em atrativos para convencer os associados a se manterem ativos, numa espécie de clube de fidelidade sindical. O programa de benefícios foi ampliado e agora oferece desde descontos em ingressos de salas VIP de cinema a planos de saúde com mensalidade até 25% mais em conta. O secretário geral do Simepe, Fernando Cabral, diz que não há outro remédio. O sindicato sobrevive de contribuição sindical e, com o fim do imposto, foi preciso reduzir despesas e buscar mais associados.

“Não cogitamos demitir funcionários nem vender ativos, mas, por exemplo, as tradicionais festas organizadas pelo sindicato, como a do Dia do Médico e o Carnaval, hoje têm um orçamento menor. Shows como os de Titãs e Lulu Santos foram substituídos por atrações locais”, explica. Outra providência foi criar o que Cabral chama de equipe de captação. Funcionários que têm a missão de convencer médicos, sobretudo os jovens que estão iniciando na profissão, sobre as vantagens de se sindicalizar. Hoje o Simepe tem cerca de 6.500 associados. Cabral ressalta que serviços como apoio jurídico foram mantidos para os afiliados, mas apenas para os contribuintes. “Não existe a figura do associado não contribuinte”, explica.

## PATRONAIS

Do lado dos patrões, também está sendo necessário se reinventar. O assessor da presidência da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Maurício Laranjeira, diz que a entidade não foi pega de surpresa. “Nos preparamos para esta possível queda de arrecadação passando a gerenciar melhor os recursos e, principalmente, oferecendo mais serviços aos sindicatos associados, como cursos, treinamentos, educação executiva e participação em feiras de negócios.

O resultado é que a receita até cresceu nos últimos anos”, diz Laranjeira, sem, no entanto, revelar números. A Fiepe representa 34 sindicatos de setores como indústrias de gesso e cimento, metal-mecânica e de bebidas, além de agregar parte do chamado



Sistema "S" (Sesi; Senai; Instituto Euvaldo Lodi – IEL; e Centro das Indústrias de Pernambuco – Ciepe).

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Pernambuco (Fecomércio-PE) representa 20 sindicatos associados, desde o de ambulantes e lojistas ao sindicato das farmácias. Através de sua assessoria, informou que não iria comentar sobre dados de arrecadação, mas, no site da entidade, há uma nota que reforça o compromisso dos empresários com a federação:

"A Contribuição Sindical Patronal é imprescindível e de extrema importância para o fortalecimento da representatividade do setor. Pagando em dia, o empresário colabora também para a sustentabilidade das entidades sindicais, Federações e Confederação ligada ao seu segmento", diz o texto.

O economista e professor da UFPE, Tarcísio Araújo, diz que o fim do imposto obrigatório é benéfico porque estabelece uma modernização das relações trabalhistas. "O sindicalismo brasileiro é do tempo de Getúlio Vargas e estava bastante acostumado às benesses do Estado. Essas benesses são, na verdade, a raiz do peleguismo sindical".

O professor se refere à prática de líderes sindicais que mediavam interesses do governo junto aos trabalhadores. Para o economista, este é o momento dos sindicatos evoluírem e servirem de fato aos seus associados, estimulando o sentimento de representação. "O sindicalismo brasileiro precisa de uma renovação. Qual país do mundo tem 17 mil sindicatos, como o Brasil?", reflete.

### **Número recorde de empresas usa Lei do Bem, de subsídio à inovação**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 26-08-2018)

#### ***Foram quase 1.500 negócios em busca de incentivos fiscais; projeção é que renúncia será de R\$ 2,1 bilhões***

A procura por incentivos fiscais com base na Lei do Bem bateu recorde em 2017, segundo os dados anuais que só são divulgados em 2018.

No ano passado, 1.476 empresas enviaram formulários apresentando projetos de pesquisa e desenvolvimento para os quais buscavam subsídios, segundo os números consolidados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O número supera as 1.206 empresas que fizeram a solicitação em 2014, antes da crise. Em 2016, foram 1.175.

Em 2006, no primeiro ano em que foi usada, 130 empresas recorreram à Lei do Bem. Os relatórios das companhias sobre suas atividades relacionadas à inovação em 2017 foram enviados no fim de julho. A soma dos projetos apresentados foi de R\$ 9,8 bilhões. Em 2014, ano do último relatório detalhado da pasta, o total foi de R\$ 9,25 bilhões e foram aprovados R\$ 8,2 bilhões

Se aprovadas todas as propostas deste ano, a renúncia fiscal será de R\$ 2,1 bilhões. Em 2014, foi de R\$ 1,7 bilhão, aponta relatório daquele ano.

Criada em 2005, a Lei do Bem oferece dedução dos gastos em pesquisa e desenvolvimento no cálculo do IR (Imposto de Renda) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), além de redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na compra de máquinas destinadas a pesquisa e desenvolvimento. Em contrapartida, a empresa deve optar pelo regime de tributação com base no lucro real.



Especialistas dizem que, durante o período mais agudo da crise, houve retração grande dos investimentos, que no ano passado começaram a voltar. “Muitas empresas inclusive cortaram suas áreas de inovação. Em 2017, começou a melhorar”, diz Rodrigo Miranda, diretor de operações da GAC, especializada em inovação.

A consultoria registrou queda de 34% no número de projetos submetidos em 2016 e alta de 24% em 2017.

Segundo Miranda, as áreas que concentram os investimentos do mercado têm sido as de tecnologia da informação e de inteligência artificial, especialmente por serem aplicáveis a todos os setores.

No entanto, como não tem restrições setoriais, podendo ser adotado por qualquer segmento de negócios, o uso da lei não está restrito às empresas que atuam exclusivamente nos setores mais tradicionais da tecnologia.

Pouco mais de 20% das empresas que recorrem ao benefício são indústrias e instituições financeiras, como bancos e seguradoras. Outras 20% são ligadas aos segmentos de transporte e mecânica.

Porém o número de companhias com projetos enviados poderia ser maior, caso a lei não restringisse os benefícios para as companhias que estão no lucro real (modalidade de recolhimento de impostos que, em geral, é adotada pelas grandes empresas) e tiveram lucro no ano em que fizeram os projetos para os quais pleiteiam o benefício.

Cerca de 20% das companhias clientes da consultoria F. Iniciativas não puderam recorrer ao benefício em razão de acumular prejuízo no ano, diz o gerente de produtos, Feliciano Aldazabal.

“A empresa que investe em inovação quando está em uma situação ruim deveria ser premiada”, diz ele. O número de empresas que submeteram projetos de inovação para a Lei do Bem com a consultoria subiu de 252 para 368.

O potencial da lei também é restrito por impedir que a empresa tenha benefícios quando contrata projetos de inovação de grandes fornecedores de tecnologia, diz Francisco Tripodi, sócio da consultoria Pieracciani.

Por isso, apesar de ser apontada como um mecanismo bem-sucedido de promoção à inovação, apenas 1% das empresas brasileiras usa os benefícios da Lei do Bem, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

“Essa é uma anomalia da legislação. Projetos estruturantes têm de ser feitos com grandes empresas, com capacidade de colocar 300 desenvolvedores para trabalhar nele”, afirma Tripodi.

Outro fator que limita o uso do benefício é a falta de organização das próprias empresas, que não adotam procedimentos efetivos para comprovar os resultados práticos da isenção fiscal.

## **Mais de 30 profissões devem surgir com nova fase da indústria**

27/08/2018 – Fonte: R7

***A chamada “indústria 4.0” vai exigir novas qualificações, principalmente relacionadas com tecnologia, no mercado de trabalho***

Pelo menos 30 novas profissões devem ser criadas em oito áreas nos próximos cinco a dez anos, de acordo com um estudo realizado pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

As novas ocupações — que incluem engenheiro de cibersegurança, técnico em informação e automação, mecânico de veículos híbridos e projetista para tecnologias 3D — devem surgir em sua maioria por conta da chamada “indústria 4.0”, que se refere à integração do mundo físico e virtual por meio de tecnologias digitais, como a ‘internet das coisas’ e inteligência artificial.

O levantamento aponta que as profissões que devem ganhar relevância nos oito segmentos vão exigir graduação em nível médio e superior.

### **Novas competências**

O estudo ainda aponta que, independente do segmento, novas competências e habilidades — principalmente socioeconômicas, como trabalho em equipe e empreendedorismo — serão uma demanda a novos profissionais.

O técnico em Química, por exemplo, terá de adquirir conhecimentos básicos em nanotecnologia e em sistemas digitais, assim como ter pensamento crítico, adaptabilidade, flexibilidade e atenção a detalhes, entre outras habilidades. Já o operador de processamento de grãos precisará ter noções de automação de controle e processos, de aplicativos de software, ter boa comunicação, gestão de tempo e aprendizagem ativa.

“Essas competências socioemocionais são ainda mais importantes no mercado de trabalho porque existe uma evolução constante da sociedade do conhecimento”, explica Rafael Lucchesi. “As estruturas empresariais hoje são menos verticalizadas, são mais horizontais e flexíveis. Equipes que trabalham de forma colaborativa são essenciais para se obter ganhos de produtividade e eficiência”, complementa.



### **Corrida tecnológica**

A área automotiva está entre os segmentos líderes da corrida tecnológica no Brasil. Seus representantes preveem que novas tecnologias — como robótica colaborativa e comunicação entre máquinas por meio da internet das coisas — vão impactar fortemente a produção da área.

A previsão é que as profissões do segmento se transformem e sejam criadas quatro novas ocupações: mecânico de veículos híbridos, especialista em telemetria, programador de unidades de controles eletrônicos e técnico em informática veicular. Além disso, devem ganhar relevância profissões já existentes como eletromecânico de automóveis e mecânico de manutenção automotiva.

Outro segmento que está entre os mais otimistas com a quarta revolução industrial é o de Tecnologias da Informação e Comunicação. Profissionais dessa área deverão trabalhar em todos os setores econômicos por conta da necessidade de criação de programas de computador adaptados às necessidades das empresas.

A previsão do estudo é que devem ganhar maior relevância no mercado ocupações que já existem hoje, como técnico programador de games digitais, programador multimídia, o técnico em desenvolvimento de sistemas e o técnico em redes de computadores.

Novas profissões também devem aparecer nesse mercado: analista de internet das coisas (IoT), engenheiro de software e o especialista em big data, profissional com

base científica que seja capaz de analisar dados como movimentos econômicos e contexto da empresa para ajudá-la a se inserir em novos mercados.

No mundo digital, a segurança das informações — especialmente diante do armazenamento de informações estratégicas em nuvem — é uma das maiores preocupações dos empresários. Por isso, devem nascer também profissões diretamente ligadas a essa temática: engenheiro de cibersegurança e analista de segurança e defesa digital.



### Metodologia da pesquisa

O trabalho foi feito a partir do Modelo Senai de Prospecção, feito a partir da aplicação de um painel com cerca de 20 especialistas – representantes de empresas, de sindicatos de trabalhadores, de universidades – por setor estudado e enviado para Comitês Técnicos Setoriais, que apontam quais serão os perfis e as competências exigidas dos profissionais de cada segmento.

O método é utilizado para embasar as decisões do Senai sobre a oferta de cursos e seus currículos e já foi transferido a instituições de mais de 20 países na América do Sul e no Caribe.

De acordo com o diretor-geral do Senai, Rafael Lucchesi, o material produzido pela instituição também é uma boa referência para os jovens que buscam uma profissão e os profissionais que desejam se atualizar.

— As tecnologias digitais vão criar uma miríade de novos negócios e transformar o mercado de trabalho. As pessoas terão um processo contínuo de aprendizado ao longo de vida. Vão precisar se requalificar permanentemente para adquirir novas competências.

## Regiões se diferenciam na abertura de vagas

27/08/2018 – Fonte: DCI

Localidades com atividade mais intensa em comércio, serviços e agronegócios devem se destacar neste semestre, diferente daquelas ligadas mais à indústria, que ainda sofre com efeitos de greve



As melhores perspectivas do mercado de trabalho para o segundo semestre estão para as regiões com atividade ligadas ao comércio e serviços, diferentemente dos locais mais industriais, que ainda enfrentam dificuldades depois da greve dos caminhoneiros.

Pelos últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged/MTb), em julho, quatro das cinco regiões do País tiveram saldo

positivo de emprego, com destaque para o Sudeste, com abertura de 24.023 postos (+0,12%).

Os demais crescimentos foram verificados no Centro-Oeste, com 9.911 postos (+0,31%); Nordeste, com 7.163 vagas (+0,12%); e Norte, com 6.635 postos (+0,39%). A única redução ocorreu na Região Sul, com fechamento de 413 vagas (-0,01%).

Em junho, o destaque havia sido o Centro-Oeste, com criação de 8.366 postos no mês, puxado pelo agronegócio, seguido pelo Sudeste (novos 3.612 postos), Nordeste (3.581 vagas) e Norte (930 postos). O Sul também apresentou saldo negativo de 17.150 vagas naquele período.

Por outro lado, de acordo com o último Boletim Regional divulgado pelo Banco Central (BC), a região Norte foi o maior gerador de postos formais nos 12 meses até maio, com a criação de 12,7 mil postos de trabalho no período.

E, no ano, os setores de serviços e comércio se destacaram, com criação de 3,8 e 2,1 milhões de vagas, respectivamente, apesar de um mercado ainda em lenta recuperação.

“A estrutura econômica de uma região está atrelada ao mercado de trabalho. A Centro-Oeste é muito ligada ao agronegócio, no Nordeste investe-se muito em infraestrutura, então temos um aumento da construção civil, enquanto Sudeste e Sul são muito industrializados”, explica o coordenador do curso de Administração do Instituto Mauá de Tecnologia, Ricardo Balistiero.

Para ele, o comércio deverá ser o setor mais favorecido no segundo semestre deste ano. “É o setor que cria emprego de maneira mais rápida, consegue empregar uma mão-de-obra menos qualificada, que é encontrada em abundância nos últimos anos”, comenta ao **DCI**.

“Além disso, teremos as datas comemorativas no fim do ano, que deverá gerar a criação de novas vagas, ainda que em sua maioria informais, algo comum para o setor”, afirma.

### **Setor industrial**

Ainda segundo Balistiero, quando se trata do número de criação de vagas, a indústria brasileira vem perdendo espaço nos últimos anos. “É um setor que depende de uma recuperação maior da economia, o que não vem acontecendo. Exige ainda uma mão-de-obra qualificada e investimentos, públicos ou privados”, diz.

Por exigir tal qualificação, o emprego na indústria oferece melhores salários, o que impacta o rendimento e a massa salarial do País.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no segundo trimestre, o rendimento médio real de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 2.198. Houve estabilidade tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.192) como em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.174). Nas grandes regiões, também houve estabilidade nos períodos.

Para o economista da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Marcelo Azevedo, o setor não apresentou a retomada esperada depois da greve dos caminhoneiros, e a perspectiva é de que o segundo semestre terá desempenho fraco.

“A recuperação deve continuar lenta, causada principalmente pela incerteza eleitoral pelos impactos da fixação de tabela de frete”, diz.

“Por mais que o nível de crescimento tenha voltado em algumas variáveis, parte do impacto da greve é irreversível, perdemos produtos e oportunidades de vendas. Com esse cenário, o empresário do setor ainda vai adiar novos investimentos e contratações”, conclui Marcelo Azevedo.

## **‘Todos, incluindo os empresários, terão de abrir mão de direitos’**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

Para Walter Schalka, presidente da Suzano, votar nulo ou branco é inaceitável e, se não há candidato bom, é preciso escolher o “menos pior”. Ele não abre seu voto. Prefere falar sobre uma agenda para o País que envolva reformas, equilíbrio fiscal e foco em investimentos em áreas como educação.

Essa é a ideia do movimento “Você Muda o Brasil”, capitaneado por ele e um grupo de empresários e executivos como Luiza Helena Trajano (Magazine Luiza), Jefferson De Paula (ArcelorMittal) e Paulo Kakino (Gol), e que realiza hoje em São Paulo um evento para debater os rumos do País.

Na visão de Schalka, mudar o Brasil passa por cortar privilégios ao empresariado, com a redução drástica de isenções fiscais. “Todos querem transformar o Brasil num lugar melhor, desde que seu quinhão seja mantido. A conta não fecha. As pessoas vão ter de abrir mão de direitos, principalmente as classes mais altas.”

### **O que esperam alcançar?**

Na visão do “Você muda o Brasil”, não existe engajamento adequado das pessoas em ações pragmáticas para transformar o País. Os brasileiros estão inconformados, mas viraram espectadores. Nos isentamos da participação porque tínhamos outros afazeres ou achávamos que não era responsabilidade nossa.

O Estado foi perdendo eficiência, o nível do serviço é abaixo do esperado. A única forma de transformar o País é investir em questões fundamentais, como ética e educação. A ideia é criar um movimento para engajarmos a sociedade e sermos protagonistas nesse processo. Nosso movimento é absolutamente apartidário. Não tem relação com partido ou com candidatos.

### **Mas está sendo lançado em plena corrida eleitoral.**

É de propósito. A eleição é oportunidade fundamental para as pessoas escolherem o que querem do Brasil. Não pode chegar no dia da eleição e votar nulo ou branco porque “nada que está lá me representa”. Temos de escolher os melhores. Se não houver quem seja bom, votar no menos pior.

### **Ao defender reformas, vocês não direcionam o debate para determinado espectro político?**

Cada um de nós (empresários que capitaneiam o movimento) tem preferências políticas. São visões semelhantes, mas com alternativas políticas diferentes. Estamos falando de pensar no País como um todo. Não é uma agenda pró-negócios, é uma agenda pró-Brasil.

Queremos atacar questões fundamentais. Uma delas é o tamanho do Estado e o equilíbrio fiscal. Outra a questão da educação e da distribuição de renda. Todo mundo quer transformar o Brasil num lugar melhor, desde que seu quinhão seja mantido. Essa conta não fecha. As pessoas terão de abrir mão de direitos, principalmente as classes mais altas.

### **Qual a parte dos empresários?**

Falando como Walter Schalka e não como movimento: temos de reduzir brutalmente os subsídios fiscais para empresários, que chegam a R\$ 300 bilhões por ano. Outro

dia vi discussão sobre subsídio para a indústria de refrigerante. Qual o benefício que isso traz para a sociedade?

Há um monte e penduricalho na legislação, protegendo um monte de gente, e o empresariado também quer a proteção dele. Isso tem de ser eliminado. Tivemos um passado patrimonialista e precisamos acabar com isso, gerar um Brasil mais competitivo, expor as empresas à competição. Podemos falar também disso do lado sindical e diversos lugares onde o corporativismo está instalado. Qual outro País tem tabela de frete?

**Empresários, como Salim Mattar, da Localiza, e Sebastião Bomfim, da Centauro, declararam voto. O sr. vê como positivo?**

Louvo os que têm a coragem e a determinação de manifestar seu voto publicamente. Estava inclinado a declarar o meu, mas, além de minha responsabilidade como cidadão, tenho a minha como executivo. Não sou acionista. Falar que o candidato tal é melhor pode afetar a condução dos negócios. Por isso, optei por, neste momento, não abrir meu voto.

**O sr. mantém a visão de que a retomada dos investimentos virá após a eleição?**

Essa visão infelizmente está em xeque, porque estamos indo para um processo de polarização no processo eleitoral, que é inibidor do investimento. Enquanto não tivermos um processo de aglutinação de ideias, obviamente com ideologias um pouco diferentes, isso vai gerar percepção de que é melhor postergar o investimento.

E a volta do crescimento só vai acontecer com investimento. Isso de nós contra eles é muito ruim. Temos de buscar as melhores ideias. Espero que isso seja revertido até a eleição. Se qualquer um dos lados da polarização ganhar, será muito ruim para o Brasil.

**Brasil e Argentina assinam memorando que cria base para convergência regulatória no setor automotivo**

27/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 24-08-2018)

O documento estabelece um cronograma para que os países unifiquem as especificações técnicas relativas à segurança, emissões sonoras e de gases poluentes, eficiência energética e autopeças

Os ministros brasileiros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e o ministro argentino da Produção, Dante Sica, assinaram no início da tarde de hoje, na Sala de Tratados, do Palácio do Itamaraty, em Brasília, o Memorando de Entendimento (MoU) que estabelece as bases para a unificação das regras técnicas de produção do setor automotivo para veículos leves e pesados.

O documento trata, principalmente, das normas em relação à segurança, emissões sonoras e de gases poluentes, eficiência energética e especificação de autopeças e estabelece um cronograma de 180 dias para que os países comecem o processo de unificação de especificações técnicas.

Só para o item “segurança” foram identificadas 31 normas técnicas que precisam ser analisadas. Para viabilizar a iniciativa, foi criado um Grupo de Trabalho de Regulamentos Técnicos Automotivos que vai acompanhar a homologação doméstica dos veículos (leves e pesados) e identificar divergências e correspondências que apresentem os regulamentos técnicos.



De acordo com o ministro Marcos Jorge, com a unificação de regras técnicas, a expectativa é de redução de custos para o setor e melhoria dos normativos, com ganhos para o consumidor.

“O setor automotivo é estratégico para a indústria nacional e o comércio exterior brasileiros. Por isso, é fundamental que possamos avançar na diminuição das barreiras e fazer o nivelamento de regulamentos”, disse. Em entrevista coletiva concedida após a assinatura, Marcos Jorge explicou que a convergência regulatória é um dos principais temas para acesso a mercados e que tem muito impacto no comércio exterior de veículos.

O ministro disse, ainda, que, diante do caráter regional da produção automotiva, o objetivo da iniciativa é facilitar e promover o desenvolvimento sustentável da indústria e também do comércio bilateral. Segundo ele, a medida pretende, ainda, evitar possíveis restrições não desejadas a esse comércio.

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, explica que a convergência regulatória é uma medida de facilitação de comércio que visa incrementar o fluxo bilateral de bens entre os dois países e diminuir as diferenças na linha de produção.

Terminado o prazo inicial de seis meses, segundo o secretário, Brasil e Argentina devem informar quando as adequações entram em vigor. O presidente da Anfavea, entidade que representa os fabricantes de veículos, divulgou uma declaração onde destaca os benefícios da convergência regulatória.

“A assinatura do acordo representa um passo importante para aprofundar ainda mais as relações entre Brasil e Argentina, principalmente no que diz respeito à integração produtiva entre as indústrias dos dois países. Esta convergência cria oportunidade para ganhos de competitividade e até mesmo de otimização de custos e investimento”, afirmou hoje Antonio Megale.

### **Indústrias se aproximam de startups para conseguir soluções com rapidez**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Companhias apontam flexibilidade para criar projetos em conjunto como vantagem das novatas***



Fábio Rodrigues, sócio da startup Novidá, que desenvolve tecnologia para analisar movimentação de pessoas e objetos em fábricas - Rafael Hupsel/Folhapress

A atualização tecnológica da BRF para atingir os padrões tecnológicos da indústria 4.0 passa por uma série de projetos-piloto envolvendo novas tecnologias.

A empresa do setor de alimentos vem experimentando sensores para medir a temperatura da carne quando ela é congelada, software para que técnicos recebam instruções de especialistas remotos para fazer ajustes em máquinas usando óculos de realidade virtual e serviço de análise de informações de sua produção.

Nada disso ela criou sozinha. Também não contratou os serviços de uma multinacional. Para se aproximar de novas tecnologias, firmou parcerias com as startups brasileiras PackID, GoEpik e Birmind.



Indústrias que adotam o serviço de empresas como essas afirmam se beneficiar da flexibilidade das novas companhias para testar e aprimorar seus serviços rapidamente até se ajustar às necessidades de quem as contrata.

“As startups nunca vão ter uma solução totalmente pronta para você. O que precisamos fazer é montar um time com profissionais das duas empresas, apresentar meu conhecimento de processo industrial, para que as coisas sejam adaptadas em conjunto”, afirma Cyro Calixto, especialista em engenharia industrial da BRF.

Um exemplo de criação em conjunto do tipo ocorreu na parceria entre a multinacional 3M e a startup Trackage.

A primeira, que atua em áreas como itens para consumidor final, máquinas para indústria e saúde, esperava se unir à novata para oferecer serviço de controle logístico para seus clientes.

Porém, durante o trabalho com a startup, percebeu que seria melhor ser ela própria a cliente do serviço.

A partir de outubro, a Trackage oferecerá painéis que informam o desempenho do setor da expedição da 3M, indicando, levando em conta informações obtidas por objetos conectados à internet, que pedidos foram carregados, para onde, com que transportadora e se há algum atraso que precisa ser resolvido.

“Trabalhar com startup não é uma compra de serviço pronto. Trouxemos eles aqui para desenvolver uma ideia”, diz Camila Cruz, diretora de pesquisa e desenvolvimento da 3M para o Brasil.

A relação entre elas começou a partir do Conexão Startup Indústria, programa da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) que reuniu startups e grandes empresas em projetos patrocinados pela agência.

Fábio Rodrigues, sócio da Novidá, também aponta como vantagem das jovens empresas a capacidade de adaptação dentro do campo de conhecimento no qual a companhia é especialista.

Sua startup tem tecnologia que estuda a eficiência de processos industriais a partir do uso de inteligência artificial para analisar o tempo que cada pessoa e aparelho ficam em cada localização.

Para isso, pode usar aparelhos como sensores, etiquetas com radiofrequência ou smartphones e beacons (dispositivos que enviam sinal bluetooth).

O serviço foi contratado pela siderúrgica Gerdau. A principal motivação para a adoção dele foi a possibilidade de identificar rapidamente a presença de pessoas em áreas de risco na fábrica.

Apesar do interesse das indústrias por startups estar em alta, Bruno Rondani, idealizador do programa 100 Open Startups, de aproximação entre grandes empresas e iniciantes, considera ainda haver desafios no relacionamento entre os dois universos.

Ele diz que estão ocorrendo muitas provas de conceito e testes de tecnologias, por vezes com as startups oferecendo a experiência de graça ou a preço baixo para tentar conquistar os primeiros clientes.

Porém há o risco de que, mesmo havendo intenção da grande empresa por contratar a startup, a companhia mais jovem não tenha estrutura para levar seu serviço para toda a indústria contratante.

Além disso, o segmento industrial recebe poucos investimentos de fundos especializados em suas startups, e poucas empresas estão dispostas a assumir esse papel, o que torna o ganho de escala dessas companhias mais difícil, afirma Rondani.

Outro desafio para as startups do setor é o longo tempo necessário para fechar negócios com uma grande companhia.

As conversas podem levar até um ano, diz Marcio Mariano Junior, diretor do comitê de indústria da ABStartups (associação do setor) e sócio da empresa Forsee.

“Com isso, os investidores ficam em dúvida se é possível fazer uma startup industrial ganhar escala. Mas precisam considerar que, quando a venda para uma empresa acontece, o valor é muito maior do que quando se vende para consumidores.”

## **Empresas descobrem novos mercados bilionários com crescimento do número de idosos**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Aumento da expectativa de vida gera negócios em vários setores, em especial na Europa e no Japão***

A expectativa de uma vida longa tem rendido lucros nos mais diferentes setores da economia e em vários países —em especial na Europa e no Japão, lugares em que a população idosa atinge um percentual maior da população.

A unidade da Nestlé estima que uma nova divisão de suplementos e bebidas nutritivas para idosos crescerá até se transformar em um negócio de quase US\$ 1 bilhão (R\$ 4,08 bilhões) em até dez anos.

A gigante de alimentos passou a empregar genética para comercializar alimentos. No país, onde a expectativa de vida é de 84 anos, a empresa registra demanda crescente por um programa de assinatura para nutrição que pode custar cerca de US\$ 600 (R\$ 2.450) por ano e que oferece cápsulas e outros produtos.

Os consumidores enviam fotos de seus pratos de comida por meio de um chat para smartphones e a inteligência artificial do programa os aconselha a complementar a refeição com os chás verdes e produtos lácteos com nutrientes reforçados da Nestlé. Eles também podem melhorar os conselhos do programa usando testes de DNA e amostras de sangue.

Impulsionada por uma população que está envelhecendo, a demanda por aparelhos auditivos é outro fenômeno a chamar a atenção ao intensificar vendas e criar bilionários.

O valor das ações da fabricante de aparelhos auditivos Amplifon, com sede em Milão, na Itália, mais do que dobrou desde o começo de 2017, ajudando a transformar sua principal acionista em bilionária.

A presidente do conselho, Susan Carol Holland, detém 44,9% da empresa por meio da holding de sua família, o que representa a maior parte de sua fortuna de US\$ 2,3 bilhões (R\$ 9,4 bilhões).

A ONU projeta que a população global de pessoas com 60 anos ou mais dobrará para 2,1 bilhões até meados do século, e o mercado de aparelhos auditivos deverá crescer quase 6% ao ano até 2022, segundo a empresa de pesquisa Technavio.

William Austin, 76, fundador da Starkey Hearing Technologies —única americana entre as seis maiores fabricantes de aparelhos auditivos—, tornou-se bilionário em 2014. A

empresa conta com cinco presidentes, dois papas e a cantora americana Dolly Parton entre seus clientes.

Já a Sonova Holding, maior fornecedora, em receita, de produtos auditivos, com sede na Suíça, viu suas ações baterem recorde de alta em julho. As ações respondem por mais da metade da fortuna líquida de US\$ 1,1 bilhão (R\$ 4,5 bilhões) de Hans-Ueli Rihs, que detém 5,7% da empresa.

A Sonova também vende aparelhos auditivos de forma direta e reforçou presença no varejo há dois anos ao adquirir a rival da Amplifon, a AudioNova International.

## **Máquina de Vendas fecha acordo de reestruturação**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Máquina de Vendas, dona das redes Ricardo Eletro e Insinuante e terceira maior varejista de eletroeletrônicos e eletrodomésticos do País, protocolou no último sábado seu plano de recuperação extrajudicial, segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo. A peça-chave no processo de reestruturação é a companhia brasileira de private equity – que compra participação em empresas – Starboard, que ficará com 72,5% da varejista mediante um aporte de R\$ 250 milhões.

A negociação, que vinha sendo finalizada nos últimos dias, tem por objetivo reestruturar a dívida da ordem de R\$ 3 bilhões da Máquina de Vendas, sendo metade com 250 fornecedores da indústria de eletroeletrônicos. O acordo foi costurado com 20 deles, credores de quase 80% da dívida de R\$ 1,5 bilhão.

A reestruturação dará novo fôlego à empresa pois, no acordo, os fornecedores se comprometem a liberar linhas de crédito à Máquina no total de R\$ 800 milhões – o equivalente a três meses de capital de giro.

Assim, a companhia poderá voltar a abastecer as lojas com produtos – uma vez que, atualmente, a falta de crédito tem gerado carência de equipamentos nas unidades, especialmente de TVs e aparelhos de som.

O próximo passo na reestruturação é a homologação do acordo, que deve ocorrer em até três meses, para que então a Starboard, sócia do fundo americano Apollo, assuma o controle da Máquina. A empresa, hoje sob o comando do empresário Ricardo Nunes, terá um novo presidente. Pedro Bianchi, da Starboard, será um dos conselheiros.

Além do aporte da Starboard e do crédito dos fornecedores, o grupo espera levantar outros R\$ 250 milhões com fundos de investimento para arrumar a casa.

### **Crise**

Em dificuldade financeira nos últimos anos, a Máquina de Vendas – resultado da fusão da Ricardo Eletro, do empresário Ricardo Nunes, e da Insinuante, de Luiz Carlos Batista, em 2010 – estava em busca de um investidor para injetar recursos no negócio, que sofreu bastante com a crise. Em 2017, a companhia começou a renegociar seus débitos com os bancos.

Com faturamento de R\$ 5,2 bilhões, a Máquina de Vendas tem 650 lojas no País. A varejista chegou a ter 1,2 mil, mas teve de enxugar o negócio por causa da crise.

Dona também das redes City Lar, Salfer e Eletro Shopping, a companhia é a terceira maior varejista do segmento, atrás da Via Varejo e Magazine Luiza. Procurada, a Máquina de Vendas não retornou o contato da reportagem. A Starboard não comentou.

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Pesquisa mostra que 1 em cada 10 investidores não sabe por que aplica***

A sensação de segurança é o principal motivo para os brasileiros que investem aplicarem seu dinheiro, revela pesquisa da Anbima (associação das entidades do mercado), encomendada ao Datafolha.

Segundo o levantamento, 54% da população que faz algum tipo de investimento prefere se sentir segura do que acumular ganhos. Essa percepção é unânime em todas as faixas etárias, classes sociais e níveis de escolaridade.

A busca por retorno financeiro aparece em segundo lugar entre as motivações para o investimento, apontada por apenas 16% dos entrevistados —com predominância entre jovens de 25 a 34 anos e pessoas da classe A.

Para Ana Leoni, superintendente de educação da Anbima, a sensação de segurança significa ter a possibilidade de juntar reserva financeira.

“É a diferença entre guardar e investir. Guardar dinheiro está relacionado a fazer sobrar um valor, juntá-lo e deixá-lo acessível. Só que guardar não necessariamente é o mais saudável quando queremos que o dinheiro dure”, afirma.

Quem busca segurança não vê como o primeiro atributo de um produto financeiro o seu retorno, mas se a instituição com a qual está lidando tem credibilidade, se já existe um relacionamento entre eles e se ela está na sua zona de conforto, diz Leoni.

Atrelada a essa ideia de segurança, a caderneta de poupança é o destino das economias de 88% dos investidores. Na segunda —e distante— posição, com 6% da preferência, vem a previdência privada.

“A poupança é um investimento tradicional. Tem uma simplicidade que gera essa segurança ao público”, diz Leoni.

Na terceira posição entre os produtos mais utilizados estão os fundos de investimento e os títulos privados com 5% e 3%, respectivamente. Os títulos públicos, aplicados por meio do Tesouro Nacional, aparecem com 3%.

Os investimentos brasileiros duram, em média, dez anos, e mesmo a tradicional poupança não passa de 11 anos.

“Investir é um hábito novo no Brasil, não chegamos nem na pré-adolescência. Isso tem a ver com uma herança inflacionária e de instabilidade econômica que só recentemente se equilibrou”, diz Leoni.

Chama a atenção que, entre os 42% que se declaram investidores, 10% não sabem por que o fazem e outros 10% aplicam mesmo sem ver nenhuma vantagem nisso. Para a Anbima, o valor é alto, mas indica que há um público mais predisposto a investir.

“Uma coisa é o hábito de guardar um valor, outra é fazer aquilo render melhor. Para algumas pessoas, só plantar a semente é suficiente, mas precisa um esforço para que invistam melhor seus recursos. O ideal é que poupem mais e invistam melhor”, diz Leoni.

Um passo para buscar rentabilidade melhor, ela prossegue, é dedicar um tempo para estudar investimentos.

“Falar de dinheiro ainda parece algo feio, precisamos ultrapassar essa barreira. Precisamos cuidar do dinheiro para que ele não perca valor.”

Só entender os produtos disponíveis, porém, não é o suficiente. O futuro investidor precisa ter bem claro quais são os objetivos da aplicação.

“Às vezes, as pessoas ficam mais preocupadas em entender os produtos do que seus objetivos. Primeiro é preciso saber suas motivações. Depois, buscar o caminho para viabilizá-las, sabendo quanto está disposto a aplicar, por quanto tempo. Quando você não sabe aonde quer ir, qualquer lugar parece servir”, afirma Leoni.

### **‘Retomar reformas será essencial para o País’, diz Michael Klein**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna (publicado em 25-08-2018)

Sem participar ativamente dos movimentos empresariais em torno de projetos políticos para 2019, Michael Klein defende um governo que aprove a reforma da Previdência e tenha um plano de longo prazo. Para o acionista da Via Varejo – sua família detém fatia de 25% – e fundador da empresa de aviação Icon, o próximo presidente deverá priorizar a redução do desemprego.

**O sr. tem participado de encontros com candidatos ou de movimentos políticos como o Brasil 200, do Flávio Rocha (presidente da Riachuelo), e o Renova Brasil, do Eduardo Mufarej (do fundo Tarpon)?**

Não. Quando existe algum convite para uma apresentação do candidato, a gente vai, até para nos posicionarmos para 2019 e sabermos o que cada um está prometendo. A gente participou de um evento (organizado pelo BTG) em que compareceram Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (MDB), Álvaro Dias (Podemos) e Ciro Gomes (PDT).

**Do que já foi apresentado, qual projeto seria positivo para 2019?**

Seria a aprovação das reformas que não foram aprovadas neste ano, a da Previdência e uma reforma fiscal. Todos (os candidatos) têm falado de trabalhar com o Congresso para que as coisas sejam aprovadas e a gente possa ter um rumo de longo prazo.

**O sr. já tem candidato?**

Por empresa, somos apolíticos, apartidários. Vamos ver qual candidato vai se eleger, suas promessas e, delas, o que ele poderá cumprir, o que será factível.

**O sr. já definiu o voto?**

Não. Não tem como definir agora. E o voto é secreto.

**Essa semana, as pesquisas apontaram Lula e Bolsonaro liderando. Dependendo do resultado, a economia pode continuar patinando em 2019?**

Não acredito. Qualquer um, mesmo esses candidatos, priorizará o desemprego dos três milhões de pessoas que deixaram o mercado de trabalho e estão a procura de emprego.

**Em 2016, o sr. disse ao jornal O Estado de S. Paulo que era melhor que a então presidente, Dilma Rousseff, saísse do governo por não ter a maioria do Congresso. O presidente Michel Temer conseguiu passar a reforma trabalhista e depois, com o escândalo da JBS, tudo parou. O impeachment foi a melhor saída?**

Acredito que sim. Passado um tempo, ela viu que não conseguiria dar continuidade ao trabalho dela. Então, foi a melhor solução. O País evoluiu nos últimos dois anos. Temer fez, dentro do possível, o que ele tinha condições de aprovar.

## **Curitiba tem saldo positivo de 7.880 novos empregos gerados desde o começo do ano**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 26-08-2018)

Curitiba é a cidade que mais gerou empregos com carteira assinada entre as capitais do Sul do país nos primeiros sete meses do ano. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, mostram que a capital criou 7.880 empregos formais de janeiro a julho desse ano.

O resultado é medido pela diferença entre admitidos e demitidos. Florianópolis registrou um saldo negativo de 1.506 vagas e Porto Alegre obteve um saldo positivo de 1.360.



Julho foi para o emprego em Curitiba o melhor resultado desde abril, de acordo com o Caged, com 1.306 vagas geradas no mês. Em abril desse ano foram 1.535. O aumento da geração de empregos teve reflexo na oferta de vagas da Rede Sine em Curitiba. Foram 3.532 vagas de janeiro a julho, 52% acima do volume do mesmo período do ano passado (2.321).

"Curitiba tem sido objeto de investimentos em diversos setores econômicos, principalmente no setor de serviços. Os bons resultados refletem a confiança do empresariado no potencial de consumo de nossa população e também nos incentivos da gestão municipal para a implantação de novos empreendimentos", disse Cesário Ferreira Filho, diretor de relações do trabalho da Fundação de Ação Social (FAS) Trabalho.

### Setores

A retomada do setor de serviços vem puxando o desempenho do emprego na capital nos sete meses, com 7.406 vagas geradas. Em segundo lugar vem a construção civil, um dos setores mais afetados pela crise econômica, com 1.324 vagas e a indústria da transformação em terceiro, com 493 vagas.

Em julho, os destaques foram a construção civil, com 630 vagas, serviços (541), indústria da transformação (94) e comércio (81).

## **Governo propõe mudar consignado para trabalhadores da iniciativa privada**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-08-2018)

### ***FGTS deve ser usado para garantir pagamento da operação, o que pode reduzir juros***

O governo anunciou na sexta-feira (24) que trabalhadores da iniciativa privada poderão ter novas regras para o crédito consignado. A proposta é colocar em prática a modalidade que usa parte do dinheiro do FGTS do funcionário como garantia para o empréstimo. As instituições contarão com 10% do saldo do FGTS mais os 40% da multa, em caso de demissão sem justa causa.

O banco poderá fazer uma consulta prévia para saber o saldo de cada trabalhador. Atualmente, a modalidade é mais atrativa para servidores públicos ou aposentados e pensionistas do INSS.

No crédito consignado, o valor das parcelas é descontado diretamente da folha de pagamento do empregado.

Para o trabalhador conseguir acesso ao financiamento, as empresas precisam se conveniar a bancos ligados a um sistema implantado pela Caixa Econômica Federal. O objetivo é que os juros possam se aproximar das taxas médias praticadas para os servidores.

## **Bancos propõem reajuste de 1,18% acima da inflação, dizem bancários**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná

Os funcionários de bancos públicos e privados poderão ter um reajuste salarial de 1,18% acima da inflação, segundo informações do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

A entidade afirma que, no sábado, dia 25, a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) apresentou nova proposta à categoria, que garante aumento total de 5% nos salários. Ao todo, empregados e patrões tiveram dez rodadas de negociação. A primeira proposta dos bancos era de só repor a inflação. O que foi rejeitado logo na mesa de negociação e, depois, em assembleias da categoria.

Na segunda proposta, houve oferecimento de reajuste de 0,5% acima da inflação, o que também não foi aceito pelos trabalhadores, que chegaram a fazer protestos em todo o país, no dia 16 de agosto, marcado pelas centrais sindicais como "Dia do Basta". Com a última proposta, a intenção é que se chegue a um consenso para evitar uma possível greve. Assembleias para uma decisão final estão marcadas para quarta-feira, dia 29 de agosto.

Ivone Silva, presidente do sindicato e uma das coordenadoras do comando nacional, avaliou como positiva a nova proposta. "Foram dez rodadas de negociação em que a Fenaban ou não apresentava nada ou apresentou propostas inaceitáveis, com alteração ou exclusão de cláusulas da CCT [Convenção Coletiva de Trabalho].

Mas a categoria bancária, mais uma vez, mostrou sua força, tanto na mesa com os bancos quanto nas mobilizações que promovemos, com paralisações de agências e centros administrativos em todo o país. E conseguimos arrancar uma proposta que, além de manter nossas conquistas históricas, avança com novas, e prevê aumento real maior do que o de 0,5% proposto por eles anteriormente", disse.

### **ALGUNS PONTOS QUE ESTÃO NA NEGOCIAÇÃO**

- ✓ Aumento real
- ✓ Parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado
- ✓ Manutenção de todos os direitos da convenção ao hipersuficiente (quem ganha a partir de R\$ 11.291,60)
- ✓ Proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da convenção, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas
- ✓ Desconto do vale-transporte no salário-base volta a ser de 4%
- ✓ Horário de almoço poderá ser flexibilizado: quem tem jornada de 6 horas e tiver de fazer hora extra, terá intervalo de almoço de 30 minutos, e não de 1 hora como determina a lei
- ✓ Manutenção do vale-cultura (cláusula 69)



## **Aposentados começam a receber 1ª parcela do décimo terceiro**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná



Aposentados e pensionistas começam a receber nesta segunda-feira (27) a antecipação da primeira parcela do décimo terceiro. De acordo com a Secretaria de Previdência, o depósito será feito junto com a folha mensal de pagamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) até 10 de setembro, conforme a Tabela de Pagamentos de Benefícios 2018.

A estimativa é de que essa antecipação injete na economia do país R\$ 20,7 bilhões em agosto e setembro. Segundo o INSS, 29,7 milhões de beneficiários terão direito a receber a primeira parcela do abono anual, que corresponde à metade do valor do benefício.

A exceção é para quem passou a receber o benefício depois de janeiro de 2018. Nesse caso, o valor será calculado proporcionalmente.

Não haverá desconto de Imposto de Renda nesta primeira parcela. O tributo será cobrado apenas em novembro e dezembro, quando for paga a segunda parcela.

Tem direito ao décimo terceiro quem, durante o ano, recebeu benefício previdenciário de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão ou salário-maternidade.

Aqueles que recebem benefícios assistenciais, como Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia, não têm direito ao abono anual.

Desde 2006, o governo antecipa a primeira parcela do décimo terceiro dos aposentados e pensionistas na folha de agosto.

Somente em 2015, o pagamento foi adiado para setembro, por causa do ritmo fraco da economia e da queda da arrecadação.

## **Mais de 1,5 milhão de trabalhadores do Paraná têm direito ao abono salarial**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 26-08-2018)

Dos 1.575.944 trabalhadores do Paraná que têm direito a receber o Abono Salarial PIS/Pasep 2018-2019, ano-base 2017, 106.842 já sacaram o benefício, o equivalente a 6,78% dos participantes. Estão disponíveis para os trabalhadores do estado mais de R\$ 1 bilhão – R\$ 79,6 milhões já foram pagos. Na região Sul, o benefício alcança R\$ 2,8 bilhões em recursos para mais de 4 milhões de pessoas.

Os pagamentos são escalonados conforme definido em calendário. Para os nascidos em julho, por exemplo, o prazo começou a contar no dia 26 do mês passado; para os trabalhadores que fazem aniversário em agosto, no dia 16 deste mês. Mas para todos os beneficiários o prazo final é 30 de junho de 2019 (ver tabela abaixo).

Nacional – No Brasil, mais de 22,8 milhões de trabalhadores têm aproximadamente R\$ 17,3 bilhões para retirar. Do valor disponível nos bancos, já foram pagos cerca de R\$ 1,2 bilhão a quase 1,3 milhão de trabalhadores da iniciativa privada (PIS) e do serviço público (Pasep), o que corresponde a uma taxa de cobertura de 6,86% do total.

O Abono Salarial é financiado por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é vinculado ao Ministério do Trabalho, mas mantido principalmente pelas contribuições mensais de empresas e órgãos públicos. Ele é pago todos os anos aos trabalhadores que se enquadram nas regras do PIS/Pasep como complemento de renda.

Para ter direito ao benefício é necessário ter trabalhado formalmente durante pelo menos 30 dias no ano-base (neste caso, 2017), com renda mensal média de até dois salários mínimos (R\$ 1.908). Além disso, é necessário estar inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e ter seus dados declarados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

A quantia a receber é proporcional ao tempo trabalhado no ano-base. Quem trabalhou durante todo o ano receberá o valor cheio, que corresponde a um salário mínimo (R\$ 954). Já quem trabalhou durante um mês receberá o equivalente a 1/12 desse valor, e assim sucessivamente.

Os trabalhadores que estavam vinculados a alguma empresa da iniciativa privada devem procurar uma agência da Caixa Econômica Federal ou casa lotérica para receber.

### **Inteligência artificial reduz discriminação nos processos seletivos**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-08-2018)

O uso de inteligência artificial e algoritmos para fazer a triagem de milhares de currículos reduz a discriminação em processos seletivos de programas de trainee.

A avaliação é de Sergio Fajerman, diretor executivo de RH do Itaú Unibanco, que usa essas ferramentas.

É um recrutamento em que a formação ou a faculdade do profissional importa menos, basta se destacar no processo, diz Vanessa Lobato, vice-presidente de RH do Santander.

"Para nós, é interessante porque deixa o grupo de trainees mais diverso", afirma. Dez anos atrás, quando uma empresa recebia 40 mil currículos para um processo seletivo, era preciso destacar uma equipe para fazer uma triagem usando palavras-chave, conta Fajerman.

Hoje, a companhia alimenta seu sistema com o perfil de candidatos de anos anteriores que deram certo e usa esses dados para selecionar quem será aprovado nas próximas fases, afirma Felipe Azevedo, vice-presidente da consultoria Lugar de Gente, que desenvolve sistemas do tipo.

#### Banco Dados



Com tecnologia, não é mais preciso destacar equipes para selecionar currículos usando palavras-chave

"Como agora avaliamos melhor o perfil do candidato, se você não estudou em escolas tradicionais nem fez intercâmbio, mas teve uma boa nota em raciocínio lógico e uma vida interessante, tem chances", diz Fajerman.

Incluir no currículo experiências com esporte e trabalho voluntário, por exemplo, ajudam o departamento de RH a identificar se a pessoa tem o perfil que a empresa busca.

O relações públicas Cauê Souza, 26, pesquisou na internet como redigir seu currículo e hierarquizar bem as informações antes de prestar a seleção da Ambev, em 2016. "Tentei ser direto, incluindo experiências com a empresa-júnior da faculdade e meus resultados."

As etapas seguintes de seleção envolvem testes, dinâmicas e até games que medem conhecimentos de idiomas, competências comportamentais e raciocínio lógico, às vezes ao mesmo tempo.

Em um jogo ou estudo de caso, dá para avaliar se a pessoa prioriza sua equipe ou um resultado a qualquer custo, se tem boa capacidade de adaptação e se domina direito a língua, explica Azevedo.

No seu processo seletivo, a trainee Mônica Bando, 24, do Itaú, fez uma proposta de negócio que envolvia lidar com o orçamento de uma prefeitura.

"Tentei mostrar flexibilidade e bom planejamento, porque já tinha atuado no setor público na faculdade", diz.

O uso dessas ferramentas nas seleções de estágio e jovem aprendiz na Natura ajudou a elevar a taxa de efetivação desses novatos para cerca de 50%, afirma Fabiana Nakazone, gerente de recrutamento e seleção.

Segundo Renato Biava, diretor de RH da Ambev, a tecnologia é útil, mas não substitui a etapa presencial no final do processo. "A entrevista tem que ser olho no olho para termos mais segurança de que a pessoa tem mesmo a ver com a empresa", diz.

### **Bancos passam a aceitar boletos vencidos acima de R\$ 400**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 26-08-2018)

Consumidores com boletos vencidos acima de R\$ 400 podem realizar o pagamento em qualquer banco. Esta segunda-feira (27) é o primeiro dia útil em que o processo vai funcionar em toda a rede bancária do país para esses valores. Desde março, a mesma regra já vale para boletos vencidos acima de R\$ 800.

A mudança faz parte de um calendário organizado entre a Febraban (Federação Nacional dos Bancos) com instituições financeiras.

O objetivo é implementar aos poucos um novo sistema chamado de Nova Plataforma de Cobrança. De acordo com o estipulado, a partir de 13 de outubro as contas vencidas acima de R\$ 100 poderão ser quitadas em qualquer banco.

Em 27 de outubro, boletos de todos os valores também serão aceitos.

Para contas de cartão de crédito e doações, a data é 11 de novembro deste ano.

De acordo com a Febraban, a nova plataforma vai permitir maior transparência em todo o processo, assegurando aos bancos melhor gestão dos recebimentos.

Além disso, o comprovante de pagamentos será mais completo e seguro. A ideia é que o sistema evite fraudes, já que estarão impressos todos os detalhes do boleto (juros, multa, desconto etc.) e as informações do beneficiário e do pagador.

A nova plataforma atende às regras do Banco Central.

## **Receita estuda nova alíquota de IR para os mais ricos**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 26-08-2018)

A Receita Federal avalia a possibilidade de propor a criação de uma nova faixa de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para os mais ricos – superior à atual alíquota máxima de 27,5%. Segundo o secretário da Receita, Jorge Rachid, a ideia seria adotar uma tributação diferenciada para quem está em “patamares bastante superiores” de renda, ganhando mais que R\$ 30 mil mensais.

A escada do IRPF hoje termina em quem ganha a partir de R\$ 4.664,68 mensais. Esses trabalhadores são os que pagam a alíquota máxima.

“Hoje nossa maior alíquota é 27,5%, mas poderia se introduzir outra alíquota, mas não em patamares próximos, eu diria para patamares bastante superiores, para renda superior a R\$ 30 mil. Mas isso passa por um processo de estudo. A ideia é que essa mudança não resulte em alteração da carga tributária”, afirmou Rachid após evento no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre simplificação tributária.

O secretário fez questão de destacar que esses estudos ainda estão sendo conduzidos internamente pelos técnicos da Receita e ainda não foram apresentados ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

### **Orçamento**

Proposta semelhante chegou a ser cogitada em agosto do ano passado para ajudar a equilibrar o Orçamento de 2018, como revelou o Broadcast (plataforma de notícias em tempo real do Grupo Estado) à época, mas acabou não avançando diante da forte resistência de entidades empresariais e sindicatos.

“Queremos atualizar nossa legislação de (imposto de) renda, mexer na questão de alíquotas se for o caso, mexer na base de cálculo e dar maior progressividade na renda”, afirmou Rachid. “No mundo, a tributação das corporações tende a ser menor. Por sua vez, quem paga imposto ao fim e ao cabo é a pessoa física”, acrescentou.

O secretário informou ainda que já existe hoje dentro da Receita um grupo de trabalho analisando o impacto das mudanças na legislação internacional, principalmente na questão de tributação da renda. Recentemente, os Estados Unidos cortaram as alíquotas do imposto de renda para empresas, o que deflagrou a mesma medida em outros países.

## **Com Refis, deputados e senadores reduziram suas dívidas pela metade**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

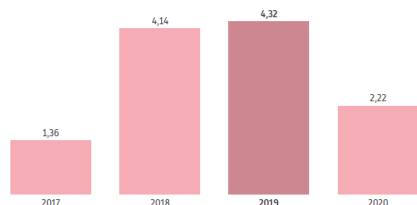
### **Descontos obtidos por 81 parlamentares com programa de regularização tributária somaram R\$ 138,6 mi**

O novo Refis, programa que refinancia dívidas com a Receita Federal, foi um presente de R\$ 138,6 milhões aprovado por deputados e senadores para si próprios. A cifra corresponde aos descontos que 81 congressistas obtiveram em seus débitos ao aderir ao mecanismo de regularização tributária que eles votaram no fim do ano passado.

O montante perdoado é 52% do que todos eles deviam originalmente (R\$ 262,8 milhões). Os dados, obtidos pela **Folha**, referem-se somente às dívidas que estão sendo reclamadas na Justiça pela PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

Renúncia líquida de arrecadação, considerando todo o programa\*

Em R\$ bilhões



\*Considerando dívidas de todas as empresas que aderiram ao programa, e não só de parlamentares. Fonte: PGFN

O valor pode ser maior, pois há chance de que outras cobranças estejam tramitando administrativamente. A medida provisória que instituiu o novo Refis foi enviada pelo governo ao Congresso no ano passado. Ao convertê-la em lei, deputados e senadores ampliaram as vantagens previstas, como a possibilidade de zerar juros e encargos legais. Sancionado o texto, embarcaram no programa.

Como a **Folha** mostrou nesta sexta (24), ao menos 25 congressistas atrasaram parcelas ou deram calote no Refis, oficialmente batizado de Pert (Programa Especial de Regularização Tributária), após receberem seus benefícios.

As dívidas foram contraídas por eles próprios, como pessoas físicas, ou por empresas e entidades pelas quais são responsáveis

Ao pagar a primeira prestação do Refis, o contribuinte passa a ter direito a uma certidão negativa de débitos que atesta sua regularidade fiscal. O documento pode ser usado para liberar empréstimos em bancos públicos e, no caso de empresas, participar de licitações do governo federal.

Os dados da PGFN, referentes a 23 de julho, mostram que o senador Jader Barbalho (MDB-PA) e sua ex-mulher, a deputada federal Elcione Barbalho (MDB-PA), têm 4 das 6 maiores dívidas negociadas no novo Refis. Os dois tentam a reeleição este ano.

As duas mais altas, de R\$ 22,3 milhões e de R\$ 22,2 milhões, são cobradas da dupla. Nesses casos, não houve abatimento, mas apenas parcelamento do valor a ser pago.

As maiores dívidas atribuídas a congressistas\*

● Valor da dívida com descontos obtidos no Refis  
● Valor original da dívida  
● Valor do desconto obtido



Os Barbalho têm ao todo, oito débitos com a Receita, que totalizam R\$ 64,4 milhões. O grosso dos recursos é cobrado de empresas de comunicação das quais eles são acionistas.

Segundo a PGFN, o senador deixou em aberto prestações de duas de suas dívidas. Num dos casos, deve seis parcelas mensais, o que, pelas regras do programa, implica a exclusão do Refis.

O terceiro maior devedor é o deputado federal Bonifácio Andrada (PSDB-MG), cuja dívida foi reduzida de R\$ 30,3 milhões para R\$ 12,3 milhões graças às benesses do programa. Ele é um dos responsáveis pela União das Faculdades Integradas de Tocantins (Unifat), entidade à qual a obrigação tributária é atribuída.

O senador Ivo Cassol (PP-RO), que está licenciado do cargo, quarto maior devedor, também obteve um desconto generoso. O valor a ser acertado caiu de R\$ 19,7 milhões para R\$ 9,8 milhões com as regras do Refis. O débito foi imputado à Cassol Centrais Elétricas, da qual o congressista é acionista.

Na sequência, a PGFN lista outras duas dívidas de Jader e Elcione: uma de R\$ 8,4 milhões e outra de R\$ 8,2 milhões. Esta última era originalmente de R\$ 14,7 milhões, mas houve descontos.

Segundo Marcelino Rodrigues Mendes Filho, presidente da Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais), entidade que representa os procuradores da Fazenda, a categoria chegou a propor um regramento para o Pert, mas a proposta que foi para o Ministério da Fazenda acabou sendo "totalmente alterada pelo Congresso".

"A principal regra alterada foi quando [o Congresso] isentou em 100% os juros e encargos legais. Havia uma gradação dessa isenção, do desconto que seria dado sobre juros e multas, e no Congresso isentaram tudo", afirmou.

"O projeto, que tinha previsão inicial de recebimento de R\$ 11 bilhões a R\$ 15 bilhões por parte da União, com os cortes realizados caiu para cerca de R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões. Houve renúncia [fiscal] muito grande por conta das alterações no Congresso".

### **Dívidas são de empresas, dizem parlamentares**

A assessoria de Jader Barbalho indicou um advogado para falar sobre as dívidas que ele e Elcione têm, mas o defensor não atendeu aos telefonemas da reportagem no fim de semana. Na sexta (24), o gabinete do senador alegou desconhecer atrasos em parcelas.

Bonifácio Andrada negou que as dívidas sejam suas. Disse que são de fundações que preside, mantenedoras de instituições de ensino. "Essas fundações é que têm um débito enorme. Eu, pessoalmente, não tenho nada", declarou. "Meu nome é que aparece. Mas não sou eu [o devedor]."

Ele argumentou que, como dirigente, responde só pelo gerenciamento das entidades, e não pelo pagamento de impostos. São entidades independentes, de modo que quem deve são elas."

Ivo Cassol sustentou que nunca atrasou o recolhimento de tributos. Ele disse que sofreu duas autuações pela Receita, relativas à tributação de incentivos concedidos a pequenas centrais hidrelétricas.

Por escrito, disse que uma das multas foi arquivada pela Receita e que, nos dois casos, recorreu à Justiça. "Na avaliação da segunda multa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais acabou ratificando a cobrança", disse.

Cassol afirmou que, mesmo discordando do órgão, desistiu da ação quando aderiu ao Refis e começou a pagar os valores reclamados pela Receita.

"Jamais devi impostos. O que houve foi a cobrança de uma multa, foi o pagamento da correção devida. Multa em lugar nenhum é imposto ou tributo. Mesmo não concordando eu paguei. Não fui beneficiário em nada, e nunca legislei em causa própria, porque não me aproveitei de programas de refinanciamentos anteriores", acrescentou.

### **Entenda o programa de refinanciamento**

#### **O que é Refis?**

Programa pelo qual o governo autoriza o parcelamento de dívidas com o fisco, tanto para empresas quanto para pessoas físicas. A adesão ao Refis terminou em novembro do ano passado

#### **Por quanto tempo estava sendo negociado?**

O governo lançou a primeira versão do atual Refis em janeiro do ano passado, com o nome de PRT (Programa de Regularização Tributária), tendo como objetivo auxiliar na saída das empresas da crise



Deputados e empresas alegaram que as condições não eram adequadas e passaram a negociar alternativas com mais vantagens aos devedores. Sem acordo, o PRT venceu em junho de 2017 com baixa adesão

O governo editou então nova medida provisória, dessa vez com o nome de Pert (Programa Especial de Regularização Tributária), convertida em lei em outubro do ano passado, com várias modificações feitas pelo Congresso Nacional

### **O que foi alterado?**

A versão do Refis sancionada é mais generosa do que havia proposto o governo. Veja exemplos de condições consideradas excessivamente vantajosas pela Receita Federal:

- Permissão para usar créditos decorrentes de prejuízo fiscal em débitos já inscritos na dívida ativa da União
- Autorização para que débitos de práticas de crime, como sonegação, fraude ou conluio, também possam usufruir dos descontos e parcelamentos
- Possibilidade de que empresas que não repassaram à Receita tributos que foram retidos na fonte possam parcelar esta dívida

### **Real volta a se desvalorizar por causa de eleições**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 26-08-2018)

As primeiras pesquisas eleitorais depois do registro das candidaturas à Presidência da República geraram turbulência no mercado financeiro na última semana. O dólar comercial fechou a semana cotado a R\$ 4,104 na venda com alta acumulada de 4,85%. É a terceira semana consecutiva que a moeda norte-americana sobe frente ao real, chegando a patamares de novembro de 2016, quando a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos havia provocado uma tensão na economia mundial.

Uma desvalorização expressiva do real frente ao dólar tendo como principal causa as eleições era algo que não ocorria desde o pleito de 2002, vencido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país até 2010.

"Em 2002, foi a última vez que o dólar se valorizou fortemente frente ao real em decorrência das eleições, mas os efeitos daquela época foram bem piores", afirma Fábio Bentes, chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Para ele, se trouxesse a desvalorização de 16 anos atrás para os dias atuais, o dólar estaria valendo cerca de R\$ 7. "A desvalorização é bem menor no atual ciclo eleitoral do que em 2002", pontua.

O economista da Órama Investimentos e professor do Ibmecc, Alexandre Espírito Santo, explicou que há uma tendência de valorização mundial do dólar, mas "o pulo dos últimos dias é por conta da apreensão em relação ao processo eleitoral". A incerteza eleitoral também está pressionando a taxa de juros, que, num cenário pessimista, poderia voltar a subir antes do previsto. Atualmente, a Selic está em 6,5% ao ano e a previsão do mercado financeiro, na pesquisa do BC, era que voltasse a subir somente em 2019, fechando período em 8% ao ano.

"Esse estresse do mercado está associado a essa expectativa do novo presidente. Esse quadro de apreensão é natural e vai permanecer. Está um pouquinho mais estressado do que em outras eleições. Tudo isso juntando com o cenário externo menos amigável", disse Espírito Santo. O mercado externo enfrenta as turbulências da crise comercial entre Estados Unidos e China.

Especialistas ouvidos pela Agência Brasil em São Paulo também apontam o quadro eleitoral, associado à crise da Turquia com os Estados Unidos, como fatores para alta da moeda americana. Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento



Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), avalia que o dólar vai ficar oscilando em torno de R\$ 4. "O mercado tem seus candidatos, suas preferências. Toda vez que sair pesquisa eleitoral, o câmbio vai dar mexida porque especuladores se movimentam para manifestar suas contrariedades e também para ganhar dinheiro", diz.

O professor Fernando Botelho, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo (USP), Botelho não acredita que esse movimento especulativo do mercado possa interferir nas eleições. "Tem pouco efeito. O eleitor brasileiro, uma boa parte dele, não vai ser imediatamente afetado por esse aumento no dólar (...); não imagino que a inflação vá aumentar significativamente nos próximos dias", avaliou.

Segundo ele, há um clima de muita expectativa em relação ao próximo presidente. "A situação do Brasil é muito frágil, muito sensível, espera-se muito que o presidente eleito dê conta de diversos problemas começando já em janeiro. Infelizmente não se tem muito essa perspectiva", diz o professor, que é favorável às reformas como a da Previdência.

### Reformas

Para o economista Alexandre Espírito Santo, a apreensão ocorre porque não se sabe como o próximo presidente vai fazer as reformas da Previdência e tributária e organizar as contas públicas. "Todos eles falam de reformas. O problema é como vai conduzir a reforma. Alguns dizem que vão zerar o déficit fiscal em um ano e outros, em dois. É muito difícil zerar o déficit até em quatro anos. Então fica um pouco aquele discurso da boa intenção, mas tem a contraparte dessa história que é como fazer", disse Espírito Santo.

O economista lembra que o próximo ano será "desafiador" para o futuro presidente que terá de lidar com o teto de gastos públicos e regra de ouro (que proíbe o governo de se endividar para financiar gastos correntes), sem margem para aumentar as despesas discricionárias.

Espírito Santo acrescenta que o futuro presidente pode ter também dificuldades para aprovar reformas no Congresso Nacional. "Tão importante quanto à eleição para presidente, é a eleição para as casas – Câmara e Senado. Vai ter que governar inicialmente com a força da urna. Mas como com 30% a 40% das pessoas votando em branco ou nulo? Sem Congresso aliado, vai ter que fazer muita política, negociar", disse.

No caso da reforma tributária, a dificuldade pode vir dos governos estaduais. "Tem muitos governos estaduais quebrados. Além do Rio, temos Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como esses governos vão aceitar a reforma tributária, com perda de arrecadação? Não adianta fazer só a reforma da Previdência, tem que fazer a reforma tributária. Será muito difícil sobretudo se forem de partidos adversários", destacou.

Para o economista, será preciso deixar o clima de "Fla-Flu" que, segundo ele, divide o país para se pensar na coletividade. "Quando se fala de futebol não existe racionalidade. É só paixão. No fundo o que estamos vivendo é isso: tem alguns de um lado, outros do outro e não está havendo a conversa, a política, está tudo passional.

Não tem ninguém chamando para conversar. 2019 é o ano mais desafiador da nossa história recente. A gente sabe quais são os problemas, o que é o lado positivo," avaliou Para Espírito Santo, o dólar deve seguir muito volátil (com fortes oscilações) neste ano. "Vai subir e cair muito acima do normal. Isso é ruim porque gera incerteza para o empresário. Não tem como fazer negócios com essa espada na cabeça", destacou.

### Efeito nos preços

No dia a dia das pessoas, a alta do dólar tem como principal consequência a pressão inflacionária sobre diversos produtos e serviços. "Um dos efeitos mais conhecidos na cesta básica é o aumento no preço do pão e todos os produtos derivados do trigo, como massas em geral, já que metade dessa matéria-prima no país é importada", explica o professor Joelson Sampaio, coordenador do curso de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Uma outra consequência é que, com o real mais barato para quem compra do Brasil lá fora, há uma tendência de maior exportação de produtos primários, como commodities agrícolas e carnes, o que pode gerar um efeito de menor oferta no país, com potencial aumento de preços no mercado doméstico.

"Vale lembrar, por outro lado, que esse repasse não é imediato, tem toda a questão de estoques, leva tempo para se refletir nos preços", pondera Sampaio.

O setor de combustíveis, que é base para toda a logística da economia, também sofre o impacto da desvalorização cambial, já que os preços do produto estão atrelados ao dólar. "A gente viu o que aconteceu com a política de preços da Petrobras, afetada pelo dólar, e que levou à greve dos caminhoneiros.

Além disso, todo o comércio que tem componentes importados, eletroeletrônicos e parte dos eletrodomésticos e do setor automotivo sofrem pressão inflacionária com a alta do dólar", destaca Fábio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC.

De acordo com o economista, no entanto, o efeito da alta do dólar nas últimas semanas não deve ser o mesmo ocorrido em 2002, quando o varejo foi fortemente impactado. "Em 2003, o comércio caiu cerca de 4% no varejo, por causa da alta do dólar na época. Esse ano o setor vai subir, mesmo com o cenário de desvalorização cambial, as vendas devem aumentar cerca de 4,5%", projeta.

#### Controle

Apesar da alta do dólar durante a semana, o Banco Central não realizou nenhuma operação nova, limitando-se a realizar a rolagem de swaps cambiais. Mesmo assim, especialistas não deixam de discutir até a conveniência de se estabelecer mecanismos de controle para o fluxo de capital.

O professor Botelho considera que medidas nesse sentido são improváveis e não desejáveis e que se trata de um ajuste do próprio mercado.

"Se um dos candidatos sem compromisso com as reformas, sem visão realista do sistema econômico brasileiro, ganhar a eleição, esse valor do dólar deve subir mais. Não é exatamente um movimento especulativo por um complô internacional contra o Brasil, nada disso. Esse movimento tem fundamento", aponta.

Já Ganz Lúcio diverge dessa posição. Ele reconhece que o debate é polêmico, mas destaca que o capital que deixa o país em contextos como este são os que especulam - e não os que investem no Brasil. " Medidas como a tributação do capital especulativo com IOF [Imposto Sobre Operações Financeiras] desincentiva o capital especulativo vir aqui aplicar", destaca.

Cenário após eleições, avalia ainda Ganz, dependerá da política macroeconômica adotada pelo candidato eleito.

"Tendo posicionamento de câmbio de equilíbrio, do desenvolvimento produtivo, que favorece participação exportadora da nossa indústria adequada, creio que tenderia a ficar em torno de R\$ 3,70, não é câmbio fora de posição", apontou.

## **Com período volátil, dólar pode ir a R\$ 4,20**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Pequeno investidor deve evitar especulações e ter objetivos claros ao aplicar durante o período de campanha eleitoral***

Um olho no Brasil e outro no exterior. Esta é a postura recomendada para o investidor que deseja minimizar perdas num mercado tomado pela volatilidade pré-eleitoral, que está mais intensa neste ano do que em campanhas anteriores e tende a se intensificar até outubro, mês da votação.

Os cuidados dizem respeito sobretudo ao câmbio, porque profissionais do mercado veem incertezas políticas levando o dólar a R\$ 4,20 até sair o resultado eleitoral —ou ainda a R\$ 4,50, no cenário mais pessimista, com um pano de fundo externo desfavorável.

Na semana passada, o dólar rompeu a barreira de R\$ 4 pela primeira vez desde fevereiro de 2016 e chegou a fechar em R\$ 4,124.

O último Boletim Focus, pesquisa do Banco Central com economistas, no entanto, projeta que a moeda fechará 2018 e 2019 a R\$ 3,70.

"O Focus retrata que, independentemente de quem ganhe a eleição presidencial, terá que fazer alguns ajustes do ponto de vista fiscal", afirma Conrado Navarro, especialista em finanças pessoais da Modalmais.

Na conta dos mais otimistas com o câmbio entra a perspectiva de que um candidato pró-mercado será eleito. O nome de preferência dos investidores até o momento é o de Geraldo Alckmin (PSDB).

Pesquisas mostrando que a candidatura do tucano ainda não deslanchou como o esperado, porém, chacoalharam o mercado na última semana, ao mesmo tempo em que investidores começaram a colocar na conta a possibilidade de um candidato do PT chegar ao segundo turno.

A Anbima (associação das entidades de mercado) aponta que a oscilação do dólar no período próximo à campanha eleitoral está maior neste ano do que no mesmo intervalo de 2006, quando Lula (PT) foi reeleito, de 2010, que levou Dilma Rousseff (PT) à Presidência, e até de 2014, quando a petista foi reeleita na disputa mais polarizada da história política recente do país.

Entre julho e agosto deste ano, por exemplo, o real já perdeu quase 6% em relação ao dólar. Em 2014, recuou 3,4%. A instabilidade pré-eleitoral só perde, até o momento, para 2002, quando a corrida presidencial que levou Lula ao Planalto pela primeira vez fez o dólar atingir a marca inédita de R\$ 4.

Vale lembrar que, trazendo a valores presentes, seria necessário o dólar passar de R\$ 10 para ser equivalente à situação registrada em 2002, apontam cálculos de Einar Rivero, da empresa de informações financeiras Economatica.

A Anbima observa, no entanto, que a trajetória volátil do câmbio tende a se acirrar em outubro, mês da votação. "A evolução do câmbio é condicional à evolução da campanha e, conseqüentemente, das pesquisas. Chegar a R\$ 4,50 neste ano é possível, mas está associado a fatores eleitorais somados a uma piora da percepção de risco no exterior", diz José Pena, economista-chefe da Porto Seguro Investimentos.

Para ele, um cenário externo adverso inclui investidores mais avessos a países emergentes e um ritmo inflacionário acelerado nos Estados Unidos suscitando o temor

de que o banco central americano suba os juros mais rapidamente. Taxas elevadas na maior economia do mundo fortalecem o dólar ao atrair fluxo de capital para o país.

Alessandra Ribeiro, sócia e diretora da área de macroeconomia e política da consultoria Tendências, trabalha com a premissa de que o cenário externo permanecerá sob controle, com a economia mundial crescendo em ritmo bom e o BC dos EUA ajustando suas taxas sem surpresas ao mercado —são previstas mais duas altas para o ano, em setembro e dezembro.

“O dólar aqui está bem descolado do cenário externo, por isso, passando as eleições, acho que tem espaço para uma boa devolução”, diz Ribeiro, que tem como cenário base um dólar a R\$ 3,50 no fim do ano. O recuo, no entanto, está relacionado à vitória de um político que dê continuidade a reformas fiscais.

Esse é um dos fatores que o investidor deve ter em sua conta após a conclusão do pleito. “Se evoluirmos para um cenário com mais reformas, o real ganha, senão o câmbio pode se depreciar”, diz Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco. O banco é mais conservador em suas previsões e projeta um dólar a R\$ 3,90 para o fim de 2018.

Apesar do viés de alta, Pena ressalta não ser possível afirmar categoricamente que essa é a tendência até outubro.

“Conforme avançarmos no tempo e a propaganda eleitoral na TV começar, a disputa pode se afunilar e os cenários ficarem mais claros”, diz.

A campanha eleitoral na televisão tem início na próxima sexta-feira (31). “Reflexos não devem aparecer logo de cara, fala-se em dez dias para começar a ter efeito em pesquisa”, observa Ribeiro.

### **FGV: INCC-M sobe 0,30% em agosto após 0,72% em julho**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Nacional de Custo da Construção – Mercado (INCC-M) subiu 0,30% em agosto, mostrando desaceleração ante a alta de 0,72% registrada em julho, divulgou nesta segunda-feira, 27, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O grupo Materiais, Equipamentos e Serviços avançou de 0,97% no mês passado para 0,65% no oitavo mês deste ano. Já o índice referente à Mão de Obra não registrou variação, permanecendo em 0,51% no período.

Das sete capitais analisadas, seis registraram desaceleração em suas taxas de variação em agosto ante julho: Recife (de 0,35% para 0,30%), Rio de Janeiro (de 0,51% para 0,20%), São Paulo (de 0,65% para 0,28%), Salvador (de 0,94% para 0,21%), Brasília (de 0,45% para 0,15%) e Porto Alegre (de 1,82% para 0,43%).

Em contrapartida, houve aceleração em Belo Horizonte, de 0,36% para 0,51%. O INCC-M é calculado com base nos preços coletados entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência.

### **IPC-Fipe avança 0,37% na 3ª quadrissemana de agosto**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,37% na terceira quadrissemana de agosto, desacelerando em relação à alta de 0,47% verificada na segunda quadrissemana deste mês, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na terceira prévia de agosto, subiram com menos vigor os segmentos de Habitação (de 1,68% na segunda quadrissemana para 1,40% na terceira quadrissemana), Saúde (de 1,22% para 1,09%) e Educação (de 0,22% para 0,04%). Além disso, a deflação se intensificou nos casos de Alimentação (de -0,48% para -0,70%) e Transportes (de -0,43% para -0,48%).

Por outro lado, ganharam força os itens Despesas Pessoais (de 0,37% para 0,83%) e Vestuário (de 0,00% para 0,04%).

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na terceira quadrissemana de agosto:

- **Habitação:** 1,40%
- **Alimentação:** -0,70%
- **Transportes:** -0,48%
- **Despesas Pessoais:** 0,83%
- **Saúde:** 1,09%
- **Vestuário:** 0,04%
- **Educação:** 0,04%
- **Índice Geral:** 0,37%

### **Sete dicas para driblar a alta do preço do gás**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 26-08-2018)

Cuidados simples, como cozinhar com a tampa fechada, podem fazer com que o botijão dure mais, evitando assim a troca a cada mês



Em tempos de crise, quem consegue reinventar hábitos diminui as chances de sufoco. Isso inclui o consumo do gás de cozinha, que sofreu um recente reajuste de 12,2% no valor cobrado pelo botijão.

Ciente disso e sempre em busca de facilitar a vida do consumidor, o aplicativo Chama, ferramenta que conecta revendedores de botijões de gás a clientes, elencou uma série de dicas preciosas para ajudar a driblar a crise e fazer com que o gás dure mais nos lares brasileiros.

“Usar as panelas certas, não utilizar a boca grande do fogão para panelas pequenas e usar o tempo mínimo necessário para aquecer o forno, são alguns hábitos simples que, no fim, fazem o gás render muito mais”, explica Otávio Tranches, diretor de marketing do aplicativo Chama.

O executivo afirma que além do bom uso do botijão, é fundamental que o consumidor busque na sua região onde comprar pelo menor preço. “A pesquisa é a melhor arma para o consumidor. Quem pede pelo telefone disponível fica sem saber disso - algo que não acontece com quem usa o Chama, pois pode escolher o melhor preço, o tempo de entrega e o revendedor melhor avaliado”.

Pensando no bem estar do bolso do consumidor, os especialistas do aplicativo Chama elencaram sete dicas simples e eficazes para driblar o aumento do gás.

## Cuidados

1 Atenção com as chamas: Se elas surgirem amareladas ou alaranjadas, é sinal que os bocais não estão funcionando devidamente - o que implica no maior gasto de gás. O ideal é que as chamas sejam azuis.

2 Use a tampa da panela: O preparo de pratos como macarrão, por exemplo, permite que o cozimento seja feito com o fogo desligado ao usar a tampa. Para isso, basta deixar a água ferver, adicionar a massa, desligar o fogo e tampar.

3 Forno fechado e cheio: Abrir e fechar a porta do forno muitas vezes é a receita para o desperdício de gás. Tente observar os alimentos utilizando a luz interna e, sempre que possível, asse mais de um alimento ao mesmo tempo.

4 Janelas fechadas na cozinha: Correntes de ar diminuem a potência das chamas e, assim, aumentam o tempo necessário de cozimento. Por isso, na hora de cozinhar, feche portas e janelas.

5 Use a panela de pressão: Se a receita permitir, não se acanhe e faça uso da panela de pressão. Além de mais econômica, ela acelera o cozimento e potencializa o tempero dos alimentos.

6 Corte em pedaços menores: Alimentos cortados em partes pequenas cozinham mais rápido, fazendo com que o gás seja menos utilizado.

7 Celular na mão: Acabou o gás? Não esquente e use o aplicativo Chama, que é gratuito, para descobrir o melhor preço no seu bairro. Sua carteira agradece.

## Relator quer incluir Refis no Rota 2030

27/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 25-08-2018)

O relator da Medida Provisória que cria o Rota 2030, novo programa de estímulo ao setor automobilístico, defende a ampliação dos incentivos para as montadoras, com impacto maior do que a renúncia de R\$ 1,5 bilhão ao ano estimada pelo governo. Depois de um intenso debate, o programa acabou sendo aprovado com menos benefícios do que o setor esperava.

Agora, o deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), fala, entre outros pontos, em aumentar o percentual máximo que pode ser abatido no pagamento de impostos e a redução de IPI também para carros que não sejam elétricos.

Em entrevista ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), o relator também defendeu a criação de um programa de refinanciamento de dívidas (Refis) específico para o setor automobilístico, cujo objetivo seria auxiliar a indústria de autopeças. "Aquele Refis (aprovado no ano passado) não contemplou as empresas que deviam acima de R\$ 15 milhões. É algo que a gente tem de discutir com a Fazenda", afirmou.

Durante a conversa com a reportagem, o relator lembrou várias vezes o Inovar-Auto, programa que foi questionado na Organização Mundial do Comércio (OMC) mas que, segundo Kaefer, era melhor para o setor automotivo. Para ele, devem ser discutidos até descontos no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros nacionais, justamente o ponto que foi condenado pela OMC.

Na formatação do Rota 2030, com aconselhamento do Itamaraty, o governo tomou cuidado para não prever nenhum tipo de diferenciação entre carros produzidos no Brasil e os importados e evitar novos problemas com o organismo.

"No Rota não há redução de IPI, por exemplo, como o Inovar tinha. Penso que, se a indústria automobilística vier com um demonstrativo claro de que teremos fortes investimentos não só em pesquisa e desenvolvimento, como investimentos industriais, podemos produzir um Rota 2030 com variáveis melhores", afirmou.

## **Impostos**

Outra mudança que ele pretende avaliar é a flexibilização das regras que permitem a redução de impostos. No texto da MP, podem ser abatidos por ano 10,2% do que for investido em pesquisa e desenvolvimento. Kaefer analisa tanto o aumento desse percentual como permitir que o abatimento seja relativo a qualquer valor investido.

A ampliação dos benefícios e do custo fiscal deve encontrar resistência no Ministério da Fazenda. Um integrante da equipe econômica disse que o governo trabalhará para defender com argumentos técnicos a proposta que foi enviada, que é a que tem espaço fiscal para ser colocada em prática.

O Rota 2030 foi criado por Medida Provisória no início de julho para substituir o Inovar-Auto, que acabou no fim do ano passado. As discussões em torno do programa duraram mais de um ano e resultaram em uma queda de braço - muitas vezes pública - entre os ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Enquanto o primeiro defendia o fim dos programas automotivos, o segundo queria ampliar os benefícios fiscais. A renúncia foi mantida no mesmo R\$ 1,5 bilhão por ano do Inovar-Auto, mas as exigências para as montadoras conseguirem os mesmos benefícios ficaram maiores.

Kaefer deve apresentar seu relatório em outubro. A Medida Provisória tem de ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado até dia 14 de novembro, prazo em que perderá a validade.

### **Argentina teme prejuízo com o Rota 2030**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 25-08-2018)

#### ***Avaliação do país vizinho é que programa brasileiro de incentivo a montadoras possa tirar investimento de suas unidades***

O governo da Argentina questiona o Brasil sobre os efeitos que o programa Rota 2030, voltado à indústria automotiva, terá em suas fábricas. O temor é que o incentivo desvie investimentos de unidades argentinas para o Brasil.

Lançado em junho pelo governo Michel Temer, por meio de uma medida provisória, o Rota 2030 tramita no Congresso. Empresas do setor automotivo que se comprometerem em investir em inovação poderão abater parte do Imposto de Renda e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

A Argentina quer saber se com isso as empresas deixarão de investir do seu lado da fronteira, uma vez que o setor automotivo tem cadeias de produção integradas, com fábricas nos dois países.



Patio da Volkswagen, em São Bernardo, em São Paulo - Fabio Braga/Folhapress

A discussão é parte das conversas de Argentina e Brasil na revisão do atual acordo automotivo, válido até 2020.

Em entrevista à **Folha**, o ministro de produção da Argentina, Dante Sica, afirmou que as condições econômicas dos dois países mudaram desde que o acordo foi firmado, em 2016. Por isso, é necessário reavaliar os termos negociados.



"O Rota 2030 também é um elemento que não existia quando firmamos o acordo", disse o ministro, em passagem por Brasília, nesta sexta (24).

Segundo ele, o governo argentino consultou o setor privado, que apresentou dúvidas e observações.

"Expusemos essas questões ao governo brasileiro, que nos respondeu algumas delas, outras estão por responder. Estamos esperando a regulamentação [do Rota 2030] e, a partir disso, vamos avaliar o impacto. Temos dúvidas se isso poderá gerar algum desvio de investimentos. Claramente temos que tomá-lo em conta como parte da mudança de contexto."

A Argentina quer estender a vigência do atual acordo automotivo até 2023, adiando dessa forma a chegada do livre-comércio ao segmento, conforme previsto na formação do Mercosul. Já o Brasil não tem interesse em estender o atual acordo pois exporta mais do que importa para o vizinho.

Pelo atual acordo, vigora a chamada regra "flex", que estabelece que, a cada US\$ 100 importados pelo Brasil da Argentina, pode vender US\$ 150 (R\$ 615,6) ao vizinho. Com a recessão brasileira e a queda nas vendas no país, porém, as montadoras passaram a vender mais na Argentina e superaram as cotas permitidas.

Nos últimos meses, as empresas foram notificadas do descumprimento, o que provocou receio de que o governo da Argentina pudesse multá-las. Sica afirmou que qualquer pagamento, se necessário, será computado ao término do acordo e as notificações estão sendo feitas para garantir o respeito aos limites.

"O que fizemos foi um sistema de garantia do que poderia ser um desvio ou descumprimento do flex", afirmou o ministro. Segundo ele, as empresas continuarão sendo notificadas se desrespeitarem os limites do acordo automotivo.

Para Sica, o principal problema é o menor crescimento dos dois países. A seca e a crise cambial farão a Argentina fechar o ano com o PIB no zero ou em queda de 0,5%. Já o Brasil teve a previsão oficial rebaixada para 1,6% após a paralisação dos caminhoneiros.

A frustração com a economia comprometeu as expectativas de vendas de automóveis e aumentou a disputa por um mercado que ficou menor do que o esperado.

"A crise afeta os dois países, todos pensamos que já teríamos nossos mercados reagindo mais rápido. Por isso temos que colocar [o acordo automotivo] em análise. O objetivo não é penalizar as empresas, é gerar empregos e investimentos", afirmou.

Apesar das diferenças, Brasil e Argentina afirmam que aumentaram o diálogo para resolver os impasses. O governo brasileiro enviou emissários a Buenos Aires para explicar o Rota 2030. Na próxima semana, segundo o ministro Marcos Jorge (Indústria) representantes dos dois países começam a fazer uma análise de cenário com vistas à reavaliação do acordo automotivo.

"Vamos fazer uma análise. Não adianta fazer esforço antecipado sem que tenhamos reais condições de cumprir. Nem tampouco deixar de avançar no livre-comércio", disse.

Os dois países se comprometeram em, seis meses, avaliar 31 normas de segurança veicular, como exigências para airbag e freios ABS, com o intuito de fazer uma convergência regulatória gradual.

## **'Inovar-Auto era melhor porque tinha redução de impostos', diz Kaefer**

27/08/2018 – Fonte: DCI (publicado em 25-08-2018)

Além de ampliar benefícios tributários para o setor automotivo, o que aumentaria o custo do Rota 2030 para além da renúncia de R\$ 1,5 bilhão por ano estimada pelo governo, o relator da MP que cria o programa, deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), tem intenção de criar um programa de refinanciamento de dívidas (Refis) específico para auxiliar principalmente o setor de autopeças.

O deputado recebeu o jornal O Estado de S. Paulo e o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) na quinta-feira, após se encontrar com o secretário da Receita, Jorge Rachid, que aproveita toda oportunidade para defender a redução das renúncias fiscais para a metade dos atuais R\$ 270,4 bilhões.

A seguir, trechos da entrevista.

### **Houve disputa entre os Ministérios da Fazenda e da Indústria sobre o tamanho da renúncia fiscal do programa. De que lado o sr. Está?**

Tenho de ficar do lado do equilíbrio, mas lógico que sou de um ideário liberal desenvolvimentista e gostaria de tratar do assunto com esse viés.

Muita gente confunde dizendo que são benefícios, mas penso que são incentivos que, em troca, têm benefícios para a sociedade em uma área extremamente importante para o Produto Interno Bruto (PIB). Há um efeito cascata com mais empregos, renda e impostos.

### **O setor reclamou que o Rota 2030 ficou mais pendendo para a Fazenda, ou seja, com menos benefícios que gostariam.**

O que o governo apresentou no Rota 2030 não é o mesmo que o Inovar-Auto, que era melhor para o setor. O Inovar trazia redução de impostos que acabavam refletindo no preço do produto, beneficiando o consumidor.

No Rota, não há redução de IPI, por exemplo. Penso que se a indústria automobilística mostrar claramente que teremos fortes investimentos não só em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), como investimentos industriais, acho que podemos produzir um Rota 2030 com variáveis melhores do que estão aí.

### **O sr. acha possível trazer no relatório redução do IPI não só para carros elétricos?**

Aceno com essa possibilidade, sim. É um jogo matemático. É possível ter redução num determinado imposto que pode ser compensado com outros ganhos. Vender mais carros é mais ICMS para os Estados, ISS para os municípios, outros impostos federais. Estou aberto a essa conversa se estiver convencido de que é extremamente vantajoso para o sistema produtivo nacional.

### **O Rota 2030 prevê que 10,2% do que o setor investir em P&D poderá ser abatido no pagamento de impostos. Isso pode ser ampliado no relatório?**

O Inovar-Auto chegava a 30%. A ideia é discutir isso.

### **O sr. acha que os incentivos têm de ser dados para além dos investimentos em P&D?**

Sim. Dentro do Rota 2030 há investimentos que terão ganhos de médio e longo prazo, com redução de poluentes, melhoria de tecnologias. Mas não há demonstração de que haverá aumento no tamanho das fábricas, criação de mais empregos. O Inovar-Auto tinha isso muito mais claro e esses ajustes podemos produzir.

**O sr. pretende incluir no relatório uma diferenciação de imposto para carros importados? O Inovar-Auto foi condenado na Organização Mundial do Comércio (OMC) justamente por dar tratamento tributário diferenciado.**

Tínhamos de ter tido mais argumentos com a OMC porque não estávamos criando desequilíbrios. Temos de discutir isso porque queremos exportar bastante e manter regras competitivas de importação, mas o jogo tem de ser igual.

**Então a ideia é fixar alíquotas de IPI diferentes para carro importado e nacional?**

Veja, não é uma ideia. O que eu acho é que a gente tem de levar isso para discussão.

**O sr. pretende acolher quais emendas apresentadas?**

Não fiz essa análise. Ainda estamos discutindo temas mais abrangentes. Certamente vamos conversar com o setor de autopeças, por exemplo, que foi atingido frontalmente pela crise.

Muitos estão com inadimplência fiscal, não têm acesso a crédito. E aquele Refis (aprovado em 2017) não contemplou as empresas que deviam acima de R\$ 15 milhões. É algo que temos de discutir com a Fazenda.

**O sr. acha necessário um refinanciamento de dívidas para as autopeças?**

É preciso discutir o assunto.

**O Rota tem custo de R\$ 1,5 bilhão ao ano. Dentro do desenho que o sr. pretende, de ampliação de incentivos e de um novo Refis, qual será o custo do programa?**

O benefício só vai acontecer se houver mais produção, bom desempenho na indústria. Você não está dando um subsídio. Vai criar produção e arrecadação em cima de algo que não teria. Estou exigindo contrapartidas que vão dar ganho à cadeia.

### **Elon Musk desiste de fechar capital da Tesla**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 25-08-2018)

Dezessete dias depois de causar rebuliço no mercado financeiro ao anunciar em um tuíte que fecharia o capital da Tesla, Elon Musk, seu presidente-executivo e fundador, voltou atrás e afirmou que a montadora de carros elétricos continuará com as ações cotadas em Bolsa.

"Acredito que o melhor caminho para a Tesla é continuar uma empresa pública", escreveu Musk no site da empresa no fim da noite de sexta-feira (24).

O empresário disse ter tomado a decisão após consultar acionistas, os grandes e os pequenos. Logo depois, diretores da empresa divulgaram comunicado em que afirmaram apoiar a manutenção de Musk no comando da empresa.

No dia 7, o empresário provocou polêmica com um tuíte em que dizia cogitar fechar o capital da Tesla quando as ações chegassem a US\$ 420 (o equivalente hoje a R\$ 1.700) e que o financiamento para a compra dos papéis estava garantido. Naquele dia, as ações subiram 11% em reação à publicação e fecharam cotadas a US\$ 379,57. Dias depois, publicou nota em que dizia haver um fundo árabe interessado em financiar a operação.

O episódio levou a SEC (Securities and Exchange Commission, órgão regulador do mercado financeiro dos Estados Unidos) a abrir uma investigação.

Uma lei de 1934 proíbe que empresas com ações na Bolsa anunciem planos para comprar ou vender títulos se seus executivos não têm a real intenção de fazê-lo, não tiverem os meios para fechar o negócio ou se querem manipular o preço das ações.

No dia 17, os papéis da empresa despencaram após Musk dizer ao jornal The New York Times que seu tuíte não havia sido revisado e que vivia o seu pior ano.

O sul-africano Musk, que também é fundador do Space X -empresa de sistemas aeroespaciais-, tenta resolver os problemas de atraso na produção do sedã Model 3, primeiro carro da Tesla a ser fabricado em grande escala, e tornar a montadora rentável ainda neste semestre.

## **Hyundai apresenta nos EUA renovação do Elantra, que é vendido no Brasil**

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 25-08-2018)

A Hyundai continua a investir no segmento de sedãs médios. As primeiras imagens do novo Elantra foram reveladas nesta semana, nos Estados Unidos.

A base é a mesma do modelo vendido no Brasil desde 2016, mas há algumas mudanças visuais. Os faróis passam a ser triangulares, estilo que deve ser aplicado também na próxima geração do compacto nacional HB20.

Na traseira, a placa saiu da tampa do porta-malas e foi parar no para-choque. As lanternas têm novo formato e luzes de LED.

Há reforços na segurança. O novo Elantra tem sistema capaz de parar o carro em caso de emergência. Sensores monitoram o trânsito adiante e acionam os freios caso detectem que o motorista não reagiu a uma parada ou desaceleração repentina no trânsito.

A tecnologia de frenagem também pode evitar atropelamentos ou colisões contra obstáculos grandes que tenham caído na via.

O modelo 2019 recebe ainda leitores de faixas no asfalto, que emitem alertas ao perceber que o veículo está invadindo a pista ao lado.

Por dentro, há mudanças no formato das saídas de ar e nos comandos do ar-condicionado. O sistema de som da versão americana mantém a tela colorida que incorpora navegação por GPS, já oferecida como item opcional no Brasil.

O carro que aparece nas fotos tem cintos de segurança com três pontos de fixação em todos os assentos. No Elantra vendido atualmente no Brasil, o passageiro que viaja no meio do banco traseiro tem apenas a faixa abdominal disponível.

Enquanto o sedã comercializado nos EUA é montado lá mesmo, no estado do Alabama, o modelo disponível no mercado nacional é produzido na Coreia do Sul. Seu preço promocional em São Paulo parte de R\$ 80 mil (modelo 2017/2018), sempre com câmbio automático e motor 2.0 flex (167 cv).

Entre janeiro e julho deste ano, foram emplacadas 716 unidades do Elantra no mercado nacional. Líder do segmento, o Toyota Corolla teve 33 mil licenciamentos, seguido por Honda Civic (15,2 mil) e Chevrolet Cruze (11,3 mil). Os dados são da Fenabreve, entidade que representa as distribuidoras de veículos.

A Hyundai Cooa, responsável pela importação do sedã médio, afirma por meio de nota que está programando a importação do Elantra reestilizado para o Brasil, mas ainda sem data definida.

Caso a montadora mantenha o cronograma adotado em atualizações passadas do modelo, é provável que a estreia ocorra no primeiro semestre de 2019.

## Tema polêmico, STF abre nesta segunda debate sobre tabelamento do frete

27/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 26-08-2018)



O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza nesta segunda-feira (27) audiência pública para discutir a política de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas. A reunião foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam o tabelamento do frete. Ele só deve tomar uma decisão sobre as ações após ouvir os interessados.

Os preços mínimos foram definidos pela Medida Provisória 832/2018 (convertida na Lei 13.703/2018) e pela Resolução 5820/2018, da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), que regulamentou a medida.

As ADIs foram ajuizadas pela Associação do Transporte Rodoviário do Brasil (ATR Brasil), que representa empresas transportadoras, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

### Caminhoneiros

As entidades alegam que a tabela fere os princípios constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa, sendo uma interferência indevida do governo na atividade econômica.

A audiência está marcada para 14h, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF. Serão ouvidos dois oradores indicados por órgãos governamentais e por entidades de classe.

A tabela de preços mínimos foi uma das medidas estabelecidas pelo governo federal, em benefício dos caminhoneiros, para encerrar a paralisação do setor, ocorrida em maio.

Algumas entidades da classe, entre elas a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), defendem melhorias na medida estabelecida pela ANTT, como a adoção de uma tabela mínima de frete regionalizada.

### Alternativas

Alguns setores produtivos, em especial do agronegócio, já avaliam alternativas para transporte de suas cargas, como o aluguel e a aquisição de frota própria. A justificativa é o aumento dos custos após o tabelamento do frete.

O grupo JBS, por exemplo, já fez a aquisição de 360 caminhões para reforçar sua frota própria de veículos. A Cargill também sinalizou que deve fazer o mesmo, assim como os próprios produtores de grãos.

A Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), mesmo contra o tabelamento do frete, defende que, caso seja feito, respeite as diferenças regionais. Além disso, deve ser mais atraente ao mercado, já que existem cadeias produtivas em que os produtos têm baixo valor agregado.

Entre os meses de julho e agosto, a ANTT realizou uma tomada de propostas para colher sugestões para o aprimoramento da metodologia e parâmetros para a elaboração da tabela de frete.

## Falta fiscalização, dizem caminhoneiros

27/08/2018 – Fonte: Tribuna (publicado em 25-08-2018)

Os brasileiros com mais de 40 anos já viram essa história mais de uma vez: o governo fixa preços numa tabela e, no minuto seguinte, ela começa a ser descumprida. É o que vem acontecendo, em maior ou menor escala dependendo do produto e da região, com os preços do frete rodoviário. Lideranças de caminhoneiros ouvidas pelo jornal O Estado de S. Paulo cobram a fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para garantir os preços mínimos.

“Ninguém cumpre”, afirmou o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Pará (Sindicam-PA), Eurico Tadeu Ribeiro dos Santos. “No Norte é pior, porque não tem fiscalização.”

Wallace Landim, o “Chorão”, que vive em Goiás, concorda. “Tem muitas empresas que não estão pagando o piso mínimo.” Ele pretende reunir caminhoneiros em frente à sede da ANTT após a audiência no STF, nesta segunda-feira, para pressionar pelo início da fiscalização. Já em São Paulo, os preços têm sido observados pela maioria, segundo o presidente da Federação dos Caminhoneiros de Carga em Geral (Fetrabens) do Estado de São Paulo, Norival Almeida Silva, o “Preto”.

Ele explicou que o frete pesa mais quanto menor é o valor do produto transportado, por isso a tabela precisará passar por alguns ajustes. “Quando chegar a lei certinha, ela vai funcionar.”

“Tem de tudo”, disse o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer. “Gente cumprindo, gente descumprindo, embarcador que cumpre a tabela mas a transportadora, não.”

Pela lei que estabeleceu a política de preços do frete rodoviário, cabe à ANTT garantir que os valores mínimos sejam cumpridos. Mas a agência tem apenas 500 fiscais para 1,7 milhão de quilômetros de rodovias no País inteiro. Está longe de ter uma estrutura como a que havia nos tempos dos planos econômicos, quando havia um órgão destinado especificamente a fiscalizar os preços, a Sunab.

“Toda vez que o governo quer tomar uma medida emergencial e eleitoreira, se vale de um tabelamento”, afirmou a ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, para quem a fixação de preços do frete é inconstitucional.

Para ela, esse parece ser também o entendimento do ministro Luiz Fux, que relata três ações de inconstitucionalidade contra a medida no Supremo Tribunal Federal (STF).

No momento, a ANTT não está fiscalizando o cumprimento da tabela. As normas para que esse trabalho seja feito ainda estão em discussão e levarão pelo menos 90 dias para ficar prontas. Mas isso não quer dizer que o mercado esteja livre para não segui-la. A lei garante que, caso o caminhoneiro preste um serviço abaixo do preço de tabela, ele tem direito a indenização igual ao dobro da diferença devida.

### Ameaças

Para conseguir a indenização, porém, o caminhoneiro tem de entrar com uma ação na Justiça. Segundo as lideranças, algumas empresas que contratam autônomos têm ameaçado cortar do cadastro os que reclamarem. “Mas ninguém quer denunciar”, disse Eurico. Por causa disso, o sindicato dirigido por Litti entrou com uma demanda coletiva na Justiça.

Segundo o líder paraense, recentemente algumas empresas foram multadas por não preencherem totalmente o formulário entregue ao caminhoneiro com os dados do



frete. As informações estavam incompletas justamente pela falta do preço do serviço. Elas, porém, têm pressionado os motoristas a arcar com a multa. Ainda assim, o Sindicam paraense já ingressou com algumas ações na Justiça.

Já o presidente da Fetrabens paulista orientou seu departamento jurídico a não ingressar com ações cobrando a indenização. "Não precisamos brigar", disse. "Chorão", por sua vez, orientou a base a guardar as notas fiscais e aguardar um posicionamento da ANTT.

### **Transporte rodoviário fica 12% mais caro para a indústria após tabelamento**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 25-08-2018)

Os gastos com transporte rodoviário subiram 12% após o governo adotar a tabela de preços do frete como parte do pacote de medidas que encerrou a paralisação dos caminhoneiros, que durou 11 dias e provocou uma crise de abastecimento no País. A informação é de um levantamento inédito realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 688 empresas.

Além de pagar mais caro pelo transporte de seus produtos, a indústria também viu aumentar o custo do matéria-prima. Por conta do tabelamento, os insumos estão, em média, 7% mais caros. "Tudo isso leva à pressão pelo aumento do preço do produto final, ou seja, haverá impacto para o consumidor", disse o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

Se a constitucionalidade do tabelamento for confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), numa discussão que será retomada nesta segunda-feira com uma audiência pública sobre o tema, 60,5% das empresas pretendem adotar um "plano B" para o transporte. A opção preferida, apontada por 37,3% delas, é transferir a responsabilidade do transporte para o comprador. A formação de frota própria foi apontada por 27,4%.

Um dado que chama a atenção é que, entre as alternativas possíveis, 17,5% das consultadas podem suspender ou reduzir a venda de produtos para determinadas rotas ou regiões. Isso porque o transporte mais caro pode inviabilizar a comercialização de alguns produtos.

"Os fretes aumentaram em média 103% e isso cria dificuldades para as empresas de sal", disse o vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Extração de Sal do Rio Grande do Norte, Aírton Torres. O setor estima um prejuízo de R\$ 30 milhões desde o início da greve.

Essa elevação acontece porque o sal era transportado no chamado frete de retorno. Caminhões iam com outros produtos para o Rio Grande do Norte e, na volta, traziam sal. Por isso, esse transporte era mais barato. Mas, com o tabelamento, a figura do frete de retorno desapareceu. "Não tem como diferenciar o frete de retorno dos demais", justifica o ministro dos Transportes, Valter Casimiro.

O Rio Grande do Norte responde por 95% da produção de sal do País. O transporte não está todo parado porque empresas recorreram a navios e barcos, segundo o sindicato dos transportadores rodoviários do Estado (Sindicam).

O setor mais duramente afetado pelo tabelamento, porém, é o do agronegócio. Entidades do setor (Abiove e Anec) estimaram perdas de R\$ 500 milhões por dia durante a safra de soja. Na atual fase de colheita, a do chamado milho safrinha, a perda chega a R\$ 2 bilhões.

Para a economia como um todo, as perdas foram estimadas em R\$ 53 bilhões, segundo estudo elaborado pelo economista Armando Castellar, da FGV.



## **Bosch adapta indústria 4.0 no Brasil**

27/08/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 26-08-2018)

A falta de maturidade dos parques industriais no país fez a empresa desenvolver um trabalho de desmistificação do conceito e criar uma solução focada no que é visto como essencial: os dados.

“Nós concordamos com a ideia completa da Indústria 4.0, tanto que a Bosch é a primeira signatária do documento de recomendações iniciais sobre o tema, mas essa visão mais holística, com robôs e realidade aumentada, não é o que pode ser feito no Brasil nesse momento”, declara Fábio Fernandes, especialista em indústria 4.0 da Bosch, que palestrou na Conferência de Inovação 2018 da Anpei.

De acordo com a CNI, o Brasil tem cerca de 700 mil indústrias, que somam mais de 5 milhões de equipamentos. As máquinas em uso no país têm, em média, entre 15 e 20 anos. Além disso, 95% delas não são conectadas à internet.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Projeto Indústria 2027, uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Indústria 4.0 é uma realidade para apenas 1,6% das empresas brasileiras do setor industrial. Em 10 anos, a projeção é de que 21,8% cheguem lá.

De acordo com o estudo, apenas 15,1% dos pesquisados tem projetos em adoção nas áreas de internet das coisas, inteligência artificial, armazenamento em nuvem e big data, cuja combinação gera o cenário de manufatura avançada descrito pelo termo Indústria 4.0.

“A Bosch começou a implantar dentro de casa os conceitos da 4.0 Isso começou a criar gargalos de produção, porque a empresa se tornou mais flexível e respondeu melhor ao mercado, mas percebeu que o seus fornecedores e parceiros não acompanhavam, pois não estão conectados. Notamos que algo visto como acessível na Bosch não era simples para a maior parte das empresas”, completa o executivo.

Além da falta de equipamentos preparados para acompanhar a tendência, a empresa também encontrou uma capacidade baixa de investimento nos projetos de modernização.

Com isso, a Bosch passou a trabalhar com um processo diferente do aplicado na Alemanha para atender às indústrias locais, com foco em sensores e análise de dados. “Desenvolvemos uma solução dedicada ao mercado brasileiro, que permite coletar dados e dar transparência ao chão de fábrica sem necessariamente investir em altas tecnologias, com relativo baixo custo”, explica Fernandes.

A ideia da empresa é trabalhar inicialmente em projetos focados em manutenção, para melhorar a produtividade da indústria e reduzir custos com estoque e pessoal, além de oferecer disponibilidade de máquinas.

“No mercado vimos que, para pequenas e médias empresas, um projeto de R\$ 500 mil se tornava muito alto, mas hoje podemos trabalhar já numa faixa de R\$ 300 mil”, revela o executivo.

A solução desenvolvida para o mercado brasileiro foi implantada em uma indústria catarinense (que não teve o nome revelado) em um projeto financiado pela Bosch. O plano para 2018 é realizar mais dois trabalhos no mesmo modelo para testar o sistema.

Em 2019, a empresa levará a solução oficialmente para o mercado brasileiro. Depois, a ideia é transformar a nova visão em produto global da Bosch para atuação em

mercados com a mesma situação do Brasil, como outros países da América Latina, América Central e a Índia.

### **Bosch investe na DeepMap, startup de mapas para carros autônomos**

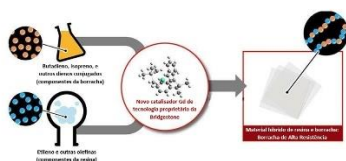
27/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 24-08-2018)

A **Bosch** anunciou investimento na californiana DeepMap, startup que atua no desenvolvimento de mapas e sistemas de localização para **veículos autônomos**. O aporte, não revelado, foi feito pela divisão de capital de risco da organização alemã e pretende garantir acesso da empresa à tecnologia essencial para que veículos rodem sem motoristas de forma segura, com o suporte de mapas extremamente detalhados, que só podem ser lidos por computadores.

A Bosch faz parte do grupo de corporações que detêm o controle da Here, que atua no mesmo segmento da DeepMap. Segundo a companhia, no entanto, a startup tem abordagem diferente, que aproveita o software embarcado no carro e reúne o mapeamento de diferentes empresas em uma só plataforma, elevando o nível de detalhamento. Entre as funções que a plataforma oferece estão localização, atualização de dados, planejamento de rotas, coleta de dados e armazenamento de mapas HD.

### **Bridgestone desenvolve material revolucionário para pneus**

27/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 24-08-2018)



**Material é o primeiro polímero do mundo a formar ligações entre borracha e resinas em nível molecular**

**Novo polímero é muito mais resistente a rachaduras e abrasão que borracha natural**

A **Bridgestone** afirma ter desenvolvido o primeiro polímero em todo o mundo capaz de formar ligações entre a borracha e resinas em nível molecular. Segundo a empresa, o material resultante é capaz de combinar a maleabilidade da borracha com a resistência da resina. Também de acordo com a fabricante de pneus, o novo polímero apresenta cinco vezes mais resistência a rachaduras e duas vezes e meia mais resistência a abrasão que a borracha natural.

Chamado HSR (do inglês Borracha de Alta Resistência), o material é um híbrido com ligações entre componentes da borracha sintética como butadieno e isopreno e componentes de resinas como etileno. Bastante promissor, o HSR tem potencial para a produção de pneus que alcancem alto desempenho com a utilização de menor quantidade de materiais.

### **Gerdau: Único modo de elevar uso de capacidade atual é com exportação**

27/08/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 26-08-2018)

Dada a marcha lenta da economia e a carga tributária que incide até sobre o produto entregue ao consumidor final no exterior, a única maneira de elevar o uso de capacidade instalada da siderurgia no curto prazo é exportar mais, disse o presidente-executivo da Gerdau, Gustavo Werneck.

O executivo respondeu, durante o Congresso Aço Brasil 2018, a pergunta feita por Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, de como ocupar mais o

parque industrial do aço no país, hoje com quase 32% de ociosidade em meio a 50 milhões de toneladas de capacidade. O ideal, diz a entidade, é voltar a 80%.

“Investimos US\$ 1,5 bilhão em um laminador a quente e outro de chapas grossas na nossa usina de Ouro Branco [MG], esperando crescimento do consumo de aço pelas indústrias de máquinas e equipamentos, naval e de petróleo e gás. A demanda não veio, então 40% da produção no Brasil temos que exportar”, comentou Werneck.

Para exemplificar o quanto desaprova a alta carga tributária brasileira, o executivo disse que mantém cerca de 122 profissionais na unidade local responsáveis só pela análise tributária. Na América do Norte, tão importante para o grupo quanto a unidade Brasil, são sete.

Assim como o Aço Brasil, o presidente da Gerdau também citou como problemático o corte da alíquota do Reintegra, de 2% para 0,1%, após uma greve dos caminhoneiros “inimaginável”, em suas palavras. O programa do governo federal compensa exportadoras pelo resíduo tributário nas vendas ao exterior, calculado em cerca de 7%.

“Quando colocamos nosso aço no porão do navio, para levar ao cliente no exterior, ao lado dele vai um pacote de 7% de resíduo tributário”, declarou Werneck. “Nenhum consumidor quer pagar esse adicional, então quem arca com isso é a empresa, comprimindo margens.”

O executivo também comentou que o custo de energia por aqui — e no caso da Gerdau, a eletricidade é um insumo muito importante por conta de seus fornos elétricos em que produz aço longo com sucata — mina os negócios. O preço médio do megawatt-hora (MWh) por tonelada, por exemplo, foi de US\$ 120 no Brasil em 2017. Nos Estados Unidos, chega a US\$ 70.

“Então a indústria do aço no Brasil não precisa de subsídios, não precisa de benefícios, necessita de isonomia competitiva, de condições justas e igualitárias para competir no mercado global. Acho importante repetir isso”, afirmou.

### **IFC Luzerna é pioneiro na realização de testes de hélices aeronáuticas**

27/08/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 26-08-2018)

***Projeto desenvolvido no campus, em parceria com a Anac e a ICA, inclui ainda a elaboração de normas brasileiras para os testes de hélices de passo fixo.***

Projetos desenvolvidos na região Meio Oeste de Santa Catarina evidenciam o potencial do estado em projetos aeronáuticos. Em Luzerna, servidores e estudantes do Instituto Federal Catarinense (IFC) trabalham atualmente no projeto “Procedimentos de desenvolvimento e testes de hélices aeronáuticas de passo fixo”, que consiste no desenvolvimento de hélices para avião de pequeno porte, em termos de melhorias aerodinâmicas e estruturais das hélices, utilizando tecido fibra de vidro, realizado em parceria com a empresa Indústria Catarinense Aeroespacial (ICA), de Joaçaba.

De acordo com professor Ivo Rodrigues Montanha Junior, coordenador do curso de Engenharia Mecânica no IFC Luzerna, os sócios da ICA procuraram o IFC, em 2016, para formalizar uma parceria entre as instituições na execução do projeto, porque a empresa ICA está desenvolvendo um avião de pequeno porte, para duas pessoas, na categoria VLA (Very Light Aircraft) e Experimental (sem homologação da Anac).

“A partir da experiência com manuseio de materiais compostos de fibra, sobretudo fibra de carbono, na construção da aeronave, eles passaram a projetar hélices aeronáuticas de alta eficiência, em fibra, pois grande parte do mercado de hélices destas aeronaves de pequeno porte é atendido por empresas norteamericanas, com

hélices de madeira e de média eficiência. Então, passaram a fazer hélices, e procuraram o IFC Campus Luzerna para auxiliar”, esclarece.

“Esta iniciativa tornou a ICA como a única produtora brasileira de hélices de alto desempenho em materiais compostos, o que exigiu a elaboração e realização de testes de hélices aqui no Brasil. Como estes testes estão sendo feitos aqui no campus, tornamo-nos pioneiros na realização dos mesmos”, explica o professor.

Uma outra etapa do projeto está em desenvolvimento em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). “Como não existiam normas brasileiras para testar hélices, e nem produtores de hélices, a equipe de projeto do IFC Campus Luzerna está elaborando, em conjunto com a Anac, as normas brasileiras para os testes de hélices aeronáuticas, com base nas normas norteamericanas da Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA), o que é uma enorme honra, dada a importância estratégica que a aviação tem no mercado mundial. E isto evidencia que nós dos Institutos Federais temos condições técnicas de realizar projetos de ponta junto às empresas”, destaca Montanha.

Além do professor, participam do projeto os estudantes Alessandra Barcaro e Eduardo Dalmolin, e os servidores Luciano Freitas e Mario Wolfart Junior.



### **Representação nacional**

No início de agosto, a equipe da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) convidou o professor Ivo Montanha para expor o projeto no estande do MEC, durante o evento nacional ConectaIF, em Brasília. Projeto do IFC foi o único representante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na categoria de inovação tecnológica, no estande da Setec/MEC.

### **Multinacional alemã realiza campeonato de mecatrônica para estudantes de nível superior e técnico**

27/08/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 26-08-2018)

### ***Simulando o ambiente de trabalho, desafios testam conhecimentos e habilidades técnicas na área de mecatrônica; provas são desenvolvidas por engenheiros e gestores da Festo***

A experiência é um diferencial na carreira de qualquer profissional, especialmente para técnicos, tecnólogos e engenheiros que necessitam aliar conhecimento com aplicação prática em maquinários de alto nível tecnológico na execução de suas tarefas.

Na engenharia mecatrônica, é preciso dominar áreas como mecânica, eletrônica, pneumática, robótica, tecnologia da informação e, baseando-se nesta necessidade de mercado, a Festo, multinacional alemã líder no mercado de automação industrial, organiza anualmente a Competição Festo de Mecatrônica. Neste ano o evento acontece entre os dias 24 e 28 de setembro em São Paulo.

Disputada por equipes compostas de uma dupla de alunos e um professor, a prova é dividida em cinco tarefas que testarão conhecimentos e habilidades em áreas relacionadas à mecatrônica. As duplas devem estar devidamente matriculadas e atuantes em uma instituição de ensino técnico ou de nível superior e o professor contratado pela mesma instituição.

Para participar, as equipes devem preencher a ficha de inscrição no link <http://goo.gl/forms/dXUM6w8dDkLMfa352> até o dia 14 de setembro. Para o caso de dúvidas para receber o link da ficha de inscrição, a solicitação pode ser feita através do e-mail [treinamento.br@festocom.com](mailto:treinamento.br@festocom.com).

Além de terem suas habilidades técnicas e conhecimentos testados, os estudantes também precisam demonstrar competências valiosas, como planejamento, análise e resolução de problemas e trabalho em equipe. De acordo com Oscar Isayama, coordenador da Festo Didactic, o objetivo da competição é permitir que os estudantes experimentem o ambiente profissional técnico.

'As provas são baseadas em algumas tarefas comuns no ambiente industrial como realizar a instalação de um equipamento, a documentação técnica de uma inspeção, a montagem de um novo dispositivo dentro de uma máquina, avaliar um equipamento com defeito, fazer um relatório e a correção da falha, entre outras coisas. São provas baseadas na aplicação do conhecimento desses estudantes. A sala de aula é muito teórica e como a indústria é o objetivo da maioria, é preciso mostrar que eles possuem conhecimento prático', explicou.

A equipe vencedora receberá uma viagem com todas as despesas pagas para a cidade de Stuttgart, na Alemanha, para conhecer a sede da Festo.

'A competição é um grande investimento para o desenvolvimento da educação técnica. É uma excelente oportunidade de incentivar estudantes a se desenvolverem para o ambiente de trabalho, ganharem experiência e ainda terem a chance de uma experiência internacional', concluiu Oscar.

O evento funciona também como um processo seletivo para a empresa, já que grandes talentos são descobertos durante a competição. Portanto, os alunos participantes têm chances de sair da competição diretamente para o mercado de trabalho, pois profissionais experientes responsáveis por avaliar a prova observam de perto as habilidades individuais de cada um dos inscritos.

Paralela à competição ainda haverá um ciclo de palestras de profissionais da área preparado para os alunos que forem ao evento torcer pelas equipes de suas respectivas instituições.

## **Uber e Boeing ajudarão Japão a desenvolver carros voadores**

27/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 24-08-2018)

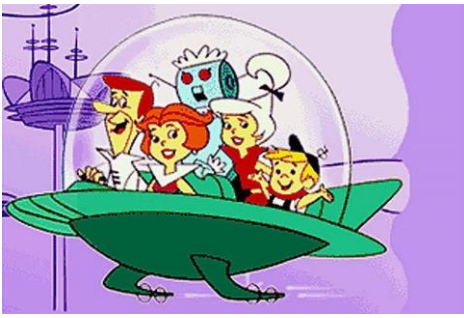
### ***Veículos serão capazes de circular sobre ruas congestionadas***

O Japão está fazendo um esforço para desenvolver carros voadores e recorreu a empresas como a Uber Technologies e a Boeing para fazerem parte de um grupo liderado pelo governo para que o país tenha veículos aéreos na próxima década.

O grupo será formado inicialmente por 21 empresas e organizações, entre elas Airbus, NEC, uma startup financiada pela Toyota Motor chamada Cartivator, ANA Holdings, Japan Airlines e Yamato Holdings, de acordo com comunicado do Ministério do Comércio divulgado nesta sexta-feira (24), em Tóquio. Os delegados se reunirão em 29 de agosto para ajudar a traçar um plano de ação neste ano, afirmou o ministério.

“O governo japonês fornecerá o apoio adequado para ajudar a concretizar o conceito de carros voadores, com a criação de regras aceitáveis”, disse o ministério.

Carros voadores capazes de circular sobre ruas congestionadas estão mais perto de se tornar realidade do que muitos pensam.



Carro voadora dos Jetson's, desenho futurista dos anos 80 - Reprodução

Startups de todo o mundo estão tentando construir pequenas aeronaves, que até pouco tempo pertenciam apenas ao campo da ficção científica.

Como as empresas japonesas já estão atrasadas em relação aos seus colegas globais no que se refere a veículos elétricos e carros autônomos, o governo está mostrando urgência na tecnologia de aeronaves, intervindo para facilitar a legislação e a infraestrutura para ajudar a ganhar a liderança.

A tecnologia, assim como a aviação, precisa obter a aprovação de vários órgãos reguladores, o que pode demorar muitos anos. De qualquer maneira, isso só acontecerá quando as agências estabelecerem os padrões de segurança, sem os quais ninguém poderá usar carros voadores.

“É necessário que o governo assuma a liderança e coordene a definição dos padrões de segurança”, disse Yasuo Hashimoto, pesquisador da Japan Aviation Management Research, com sede em Tóquio. “Eles estão tentando dar o tom da indústria antes de outros países.”

O ministro da Economia do Japão, Hiroshige Seko, disse a jornalistas neste mês que os carros voadores podem aliviar o tráfego urbano, ajudar o transporte em ilhas remotas ou áreas montanhosas em caso de desastres e ser usados na indústria do turismo.

Muitos já têm uma vantagem inicial na corrida. A Uber, que investirá € 20 milhões (US\$ 23 milhões) nos próximos cinco anos para desenvolver serviços de carros voadores em uma nova fábrica em Paris, estabeleceu a meta de iniciar operações comerciais de sua divisão de táxi aéreo até 2023.

A Kitty Hawk, a startup com sede em Mountain View, Califórnia, fundada e financiada por Larry Page, do Google, ofereceu em junho uma visão geral de um protótipo de aeronave: um veículo recreativo de uma única pessoa.

Outras empresas globais que miram esta nova forma de transporte são a Volkswagen, a Daimler e a montadora chinesa Geely Automobile Holdings. As montadoras japonesas ainda não anunciaram planos para desenvolver carros voadores.

### **'A Vale prometeu demais e entregou de menos', diz presidente da companhia**

27/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 26-08-2018)

Depois de um desembolso bilionário de quase US\$ 15 bilhões para erguer o maior projeto de mineração integrado com ferrovia do mundo, a Vale, líder global do setor, vai adotar uma estratégia menos agressiva de investimentos no curto prazo.

O foco principal agora é tratar bem o mercado financeiro, remunerando melhor os acionistas, disse Fabio Schvartsman, presidente da companhia, ao **Estadão/Broadcast**. Afetada pela pior crise de sua história – o rompimento das barragens da Samarco, em Mariana (MG), no fim de 2015 -, a gigante brasileira, sócia



na empresa com a australiana BHP, tenta retomar a operação no local. Schvartsman afirmou que tudo vai ser reconstruído.

### **Quais são os planos de expansão da Vale?**

A Vale vive um momento especial, que é a combinação de um cenário global excelente do minério de ferro e uma oportunidade futura para desenvolver a área de metais básicos. A volatilidade dos preços do minério diminuiu. A Vale já está bem posicionada em matéria-prima de alta qualidade, com o projeto de Carajás (S11D).

### **Diante desse cenário, quais serão os futuros investimentos?**

Antes de responder a esta questão, temos de lembrar que a Vale concluiu um grande investimento. Vamos limitar a nossa produção anual a 400 milhões de toneladas de minério. Nossa capacidade é de 450 milhões. Essa reserva será usada se os preços do minério voltarem a subir. A Vale viveu o superciclo. Mas, no fim do dia, foi um desastre para as empresas.

### **A Vale cogitou a aquisição da Xtrata durante o superciclo...**

Não só a (anglo-suíça) Xtrata, mas a (canadense) Alcan. Fizemos a aquisição da Inco, de níquel e cobre (no Canadá). A Vale entrou sem se dar conta de que não entendia nada do assunto. Minério de ferro é um negócio de logística. Escala é importante.

### **Mas a Vale ainda sofre pressão para comprar ativos?**

Mudanças a gente faz logo que entra. A principal que fiz (*o executivo assumiu em maio de 2017*) não foi só a do prédio (*da sede da Vale*), mas de governança. A única maneira de conseguir tornar a empresa melhor é que ela não esteja sujeita a pressões inadequadas.

### **Quais seus planos para a Vale, considerando as dificuldades de obter licenças?**

Acreditamos que, neste momento, é muito importante tratar bem o mercado acionário. Vamos pagar dividendos polpudos a partir de uma política agressiva que já rendeu US\$ 2 bilhões aos acionistas (*já aprovada*), que veio para ficar. Além disso, separamos US\$ 1 bilhão para recomprar ações da Vale.

### **Por que esse movimento?**

Queremos dar segurança e previsibilidade para quem comprar as ações. A Vale tem de ser mais previsível.

### **Mas não era assim antes?**

A Vale prometeu demais e entregou de menos. Essa é a diferença. Temos de ser transparentes e a governança é importante. Sem a figura de um controlador (que deixou de existir com a reestruturação societária em 2017), a influência de um terceiro fica muito menor. Aqui não tem mais controlador. Quem decide é um conjunto de acionistas.

### **O que a empresa tinha prometido e não entregou, por exemplo?**

A Vale teve um período de euforia com o superciclo, quando todos os minérios atingiram preços estratosféricos. Só que depois da euforia veio a depressão (dos preços). A Vale tentou prometer que iria entregar resultado, mas como o cenário continuou ruim, não entregou. Tem de prometer em cima de fatos.

### **Como se faz isso?**

Criando valor ao negócio, como fizemos. Temos um tipo de minério, que já é referência, baseado na mistura de matéria-prima de baixa qualidade com a de alta qualidade. Já produzimos cerca de 100 milhões de toneladas desse minério, de um total de 400 milhões de toneladas da nossa produção.



### **As vendas de ativos foram concluídas?**

Sim. Depois da governança, foi um dos nossos melhores programas. Ajudou a reduzir a dívida pela metade nos últimos 12 meses, de cerca de US\$ 22 bilhões para US\$ 11 bilhões. Resultado de uma combinação de desinvestimento e melhoria das operações.

### **E os novos investimentos?**

A estimativa é de US\$ 8 bilhões entre 2019 e 2020. A Vale só fará investimentos onde tiver retorno. Não iremos diversificar no curto prazo. Agora é fazer crescimento orgânico e pequenas aquisições que façam sentido aos nossos projetos. Vamos desenvolver projetos em níquel e cobre, por exemplo.

### **Fora do País?**

Não. Nossas reservas estão basicamente no Brasil, que é o grande mercado da Vale.

### **Por isso voltou a fazer campanha de marketing?**

A Vale é uma empresa extremamente importante para o Brasil. E o Brasil extremamente importante para a Vale, especialmente em Minas Gerais, Pará, Espírito Santo e Maranhão, onde está o grosso das nossas operações. A diretoria da Vale entende que é obrigação da companhia cuidar bem das comunidades do entorno. A Vale sempre fez bem o que ela se comprometeu a fazer. Só que queremos ir além.

### **Mas há uma crise de imagem após o acidente da Samarco...**

A Fundação Renova (Samarco, Vale e BHP) tem feito um trabalho excelente. (A Renova) abriu mão do direito de defesa. Foi um desastre. Ninguém fez isso de caso pensado. Um acordo (com Ministério Público Federal e outras autoridades) foi fechado, mas o processo é lento. Temos o compromisso de reparar tudo.

### **Será o seu legado recuperar essa imagem?**

Prefiro dizer que quero que a Vale se torne referência de sustentabilidade no Brasil e no mundo. Que haja claríssima recuperação de valor na companhia. Quanto mais valiosa a Vale, melhor para seus acionistas e empregados e para o País.

### **As incertezas eleitorais preocupam a Vale?**

Em primeiro lugar, a Vale vai ter de trabalhar com qualquer governo, independentemente de quem for eleito. Tudo o que a Vale faz depende de concessões. Portanto, tem relação com o governo. Não há a menor dúvida. E tem de ser uma relação natural.

### **Marketing**

Depois de 11 anos longe da mídia, a mineradora Vale colocou no ar, no domingo passado, uma campanha publicitária na qual convida o País a redescobrir a marca. "O objetivo é a permanência e não sumir. A Vale é uma exportadora de bens, de minérios. Isso é distante das pessoas, mas é uma joia brasileira", diz Schvartsman. "Não é possível ficar fechada em copas."

O slogan das novas peças da campanha da mineradora é "Redescobrir é a nossa natureza". O mote foi escolhido três anos depois do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que pertence à Samarco, empresa da qual a Vale é sócia, junto com a BHP. A tragédia, que matou 19 pessoas, é considerada o maior desastre ambiental da história brasileira. O valor investido na campanha não foi revelado.

Schvartsman diz que a empresa não vai fugir da responsabilidade e que a "Samarco é mais uma questão social do que de dinheiro." A Vale descarta recuperação extrajudicial da companhia e retomou as conversas com bancos credores.

## **Principais desafios para a indústria do aço foi tema de debate no Congresso Aço Brasil**

27/08/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 26-08-2018)

### **No último painel do Congresso Aço Brasil 2018, presidentes de algumas das maiores empresas do setor projetaram o futuro da atividade no país**

O Congresso Aço Brasil 2018 chegou ao fim nesta quarta-feira (22) no Hotel Transamérica, em São Paulo, com uma discussão sobre quais são os principais desafios que o setor siderúrgico encontra hoje. Participaram do debate os CEO's de algumas das principais empresas do setor no país. Todos eles concordaram que a inovação é, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma enorme oportunidade para as empresas modernizarem sua operação e ganharem mais competitividade nacional e internacionalmente.

O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, lembrou que o setor está saindo de uma das piores crises da sua história, ilustrada por uma queda de 30% em vendas internas e consumo entre 2013 e 2017. "O ano de 2018 começou bem, mas foi impactado pela greve dos caminhoneiros em maio. Mesmo assim, a expectativa é de crescimento". Para ele, o setor deve se empenhar em voltar a operar com mais de 80% de capacidade. Atualmente, este número está em 68%.

Segundo Gustavo Werneck, diretor-presidente da Gerdau, a indústria no Brasil não precisa de incentivos nem benefícios, e sim de isonomia competitiva e condições igualitárias de concorrência. Isso passa pelo aprimoramento de fatores externos, como a complexidade tributária. "A Gerdau América do Norte possui sete colaboradores encarregados da área tributária. No Brasil, este número de profissionais é de 122". Outra questão a ser resolvida também é o custo médio da energia, que está em US\$ 120 por tonelada aqui, enquanto que nos EUA é de US\$ 70.

Mas, de acordo com Werneck, é preciso se preocupar com os fatores internos de cada empresa – e a inovação surge como uma necessidade para as operações. "A partir de 2020, viveremos a era pós-digital, o que implica no fortalecimento de pilares que já empregamos hoje, como a difusão de tecnologia e o uso de inteligência artificial, dados e analytics. "Utilizamos novas maneiras de trabalhar e novos comportamentos, como o uso de uma metodologia ágil, foco no cliente e interação com o ecossistema tecnológico".

Outro que mostrou otimismo com o futuro foi o CEO da Ternium, Marcelo Chara. Ele lembrou que a participação da indústria em geral no PIB brasileiro caiu 29% nos últimos 10 anos, respondendo hoje por somente 11,8% do valor total do que é produzido no país. "Acreditamos que o Brasil tem um potencial enorme e que é possível a recuperação se trabalharmos em conjunto. Devemos lembrar que, embora a indústria chinesa responda por 34% do PIB daquele país, o mesmo índice na economia dos EUA é de 14%".

Para Chara, as grandes oportunidades de competitividade passam pela melhoria da cadeia de valor, geração de eficiência por meio da indústria 4.0 e inovações voltadas para a atividade, como foi feito no Centro Industrial da Ternium, no Rio de Janeiro.

Já para o CEO da ArcelorMittal Aços Longos Américas Central, do Sul e Caribe e também conselheiro do Aço Brasil, Jefferson de Paula, o mundo tecnológico muda muito, o que afeta profundamente os negócios da empresa. Concordando que o país precisa de políticas de estado de longo prazo, o que envolve também o marco jurídico e a inovação, o executivo destacou a inovação como um dos fatores essenciais para aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. Nós acreditamos no aço, na empresa e no Brasil. Mesmo com a crise que houve no mercado nos últimos anos, continuamos investindo mais de R\$ 1 bilhão por ano no país".

O executivo mencionou que a empresa vem priorizando o foco no cliente e ferramentas de inovação, como o fomento ao ecossistema competitivo por meio de parcerias com startups, entidades de classe, universidades e fornecedores. Como exemplo de produto inovador citou o tênis Nike Air Jordan Future, feito com fibras de aço. "O aço constrói o futuro e o futuro do aço não tem limites, completou.

### **Encerramento**

O novo presidente do Conselho Diretor do Aço Brasil, Sergio Leite de Andrade (Usiminas) fez o encerramento oficial do Congresso Aço Brasil 2018, com balanço de importantes reflexões abordadas no evento e otimismo para as perspectivas futuras.